



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM CIÊNCIAS
DO AMBIENTE**

FLÁVIA RODRIGUES DOS SANTOS

**As pessoas e a conservação do cerrado: o caso do Parque Estadual
do Jalapão**

PALMAS, 2007

FLÁVIA RODRIGUES DOS SANTOS

**As pessoas e a conservação do cerrado: o caso do Parque Estadual
do Jalapão**

Flávia Rodrigues dos Santos

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Ciências do Ambiente para obtenção
do título de Mestre.**

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Santos Collier

PALMAS, 2007

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Palmas**

S237p Santos, Flávia Rodrigues dos
As Pessoas e a conservação do Cerrado: o caso do Parque Estadual
do Jalapão. / Flávia Rodrigues dos Santos. - Palmas, 2007.
89 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Curso de
Pós -Graduação em Ciências do Ambiente, 2007.
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Santos Collier

1. Unidades de Conservação. 2. Participação Social 3. Jalapão.
I. Título..

CDU 504

**Bibliotecário: Paulo Roberto Moreira de Almeida
CRB-2 / 1118**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS –A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

TERMO DE APROVAÇÃO

FLÁVIA RODRIGUES DOS SANTOS

As pessoas e a conservação do Cerrado: o caso do Parque Estadual do Jalapão

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-graduação em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Tocantins, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Santos Collier
Universidade Federal do Tocantins

Prof^a Dr^a Temis Gomes Parente
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Alexandre Schiavetti
Universidade Estadual de Santa Cruz

Palmas, 27 de fevereiro de 2007

Ao meus pais que sempre foram uma referência para a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho surgiu a partir de uma idéia compartilhada por mim e pelos meus alunos do segundo semestre de 2004, do curso de Psicologia do Ceulp/Ulbra, quando lecionava a disciplina Psicologia Social. Da discussão veio o desejo de aprofundar o olhar sobre o Jalapão, sobre as pessoas que lá viviam e a relação delas com o Parque.

Neste percurso foram muitas as pessoas que contribuíram e não posso deixar de agradecer à minha família (minha mãe, meus irmãos e sobrinhos), que mesmo sem entender muito o que eu estava fazendo e mesmo estando longe me deu todo o apoio sentimental e muitas vezes material, necessário para que eu realizasse o trabalho.

À Comunidade de Mateiros, incluindo todas as pessoas que foram entrevistadas e todas aquelas que compartilharam dos momentos da pesquisa, em especial a D. Aldina, Jovenice, Sr. Adão, José e D. Abenita.

À equipe do Parque: Emivaldo, Cassiana, Manel, Isidoro, André, Santana, muito obrigada pelo carinho, pela atenção e pelo apoio logístico; e à Bia, Maurício, Mariana e Cristiano por tudo isto e por me mostrarem outro lado acerca da Conservação, fundamental para que eu concluísse o trabalho.

Ao meu orientador, professor Leonardo, que foi além de orientador, amigo e em alguns momentos Psicólogo e à Karin, pelos bastidores.

Aos professores Marcos Montysuma, Temis Parente, Lucio Flavo Adorno e Alexandre Schiavetti, obrigado pelas considerações.

Aos meus colegas professores do curso de Psicologia do Ceulp/Ulbra: Mariângela, Raquel, Liliam, Nara Wanda, Wayne, Dinéia, Ana Beatriz, Káthia, Bárbara, Juliana e Andréia, que não mediram esforços para me ajudar e posteriormente o colegiado do curso de Comunicação Social da UFT, que me compreendeu e me apoiou.

Aos colegas de UFRJ, que iniciaram esta jornada comigo unindo a Psicologia e o Meio Ambiente: Flávia, Gustavo, Bodão, Leo, entre outros e a nossa mestra, a professora Marta Irving, que nos apresentou ao Desenvolvimento Sustentável.

Aos amigos: Tati, Ju, Aline, André, Raquel, Patrícia, Mel, Boris, Billy, Vaninha, Marcelinho, Fafá, Murilo, Menina Silvia, Waldecy, entre tantos outros que contribuíram no trabalho, que ajudaram nas revisões, que me divertiram e me suportaram nos momentos mais difíceis.

Ao DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio), pelo apoio com a bolsa de estudos, ao NEATUS/UFT, ADTUR e ao NATURATINS pelo apoio logístico.

"Enquanto não estivermos compromissados, haverá hesitação, a possibilidade de recuar e, sempre, a ineficácia. Em relação a todos os atos de iniciativa (e de criação), existe uma verdade elementar - cuja ignorância mata inúmeros planos e idéias esplêndidas: que no momento em que definitivamente nos compromissamos, a providência divina também se põe em movimento. Todos os tipos de coisas ocorrem para nos ajudar, que em outras circunstâncias nunca teriam ocorrido. Todo um fluir de acontecimentos surge a nosso favor. Como resultado da decisão, todas as formas imprevistas de coincidências, encontros e ajuda material, que nenhum homem jamais poderia ter sonhado encontrar em seu caminho. Qualquer coisa que você possa fazer ou sonhar você pode começar. A coragem contém em si mesma, o poder, o gênio e a magia. "

Goethe

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 OBJETIVOS.....	4
GERAL.....	4
ESPECÍFICOS	44
3 REVISÃO DE LITERATURA	5
O Desenvolvimento sustentável e a valorização da Conservação da Biodiversidade.....	55
O percurso do Desenvolvimento Sustentável.....	66
Pensar global, agir local	11
Conservação: Estabelecendo critérios e definindo prioridades	15
A Criação de Unidades de Conservação no Brasil.....	19
O que faz do Cerrado uma área prioritária para a Conservação?	22
A Conservação no Tocantins.....	24
O Ecoturismo como alternativa para conciliar o bem estar social e a Conservação nos Parques e entornos.....	24
A relação do homem com a Conservação da natureza	29
4 METODOLOGIA.....	32
Caracterização da área e da população estudada	32
Seleção do público alvo da pesquisa	34
Visitas a campo.....	37
Pesquisa bibliográfica e documental	37
5 RESULTADOS	39
Breve histórico da ocupação do Jalapão.....	39
A criação do Parque Estadual do Jalapão.....	41
Os grupos de interesse e a Conservação do Parque.....	45
As técnicas tradicionais de manejo e a Conservação	46
O capim dourado, o cotidiano e a Conservação	49
O Turismo no Parque e a Conservação	52
A soja e a Conservação no Jalapão.....	56
A esfera pública e a Conservação no Jalapão.....	57
Participação social no Parque	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXO.....	75
APÊNDICES	76

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Focos de calor no Tocantins no período de 2000 a 2006.....	26
Figura 2 – Localização do Parque.....	32
Figura 3 - Limite Nordeste e Noroeste da Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins.....	56

LISTA DE SIGLAS

- APA – Área de Proteção Ambiental**
- CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica**
- CI – Conservation International**
- CNPq – Centro Nacional de Pesquisa**
- CMMD – Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**
- EMBRAPA – Empresa Brasileira Agropecuária**
- EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo**
- FBPN – Fundação Boticário de Proteção à Natureza**
- GEF - Global Environment Facility**
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**
- MMA – Ministério do Meio Ambiente**
- NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins**
- NEATUS - Núcleo de Estudos Estratégicos em Ambiente e Turismo Sustentável**
- OMT – Organização Mundial de Turismo**
- ONG – Organização Não-Governamental**
- ONU – Organização das Nações Unidas**
- PEJ – Parque Estadual do Jalapão**
- PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo**
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**
- POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cento-Oeste**
- PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira**
- PRODECER III - Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado III**
- RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável**
- RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural**
- SEPLAN – Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento**
- SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação**
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação**
- UC – Unidades de Conservação**
- UFT – Universidade Federal do Tocantins**
- UNEP - United Nations Environment Programme**
- UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza**
- WRI – World Resources Institute**

RESUMO

O estudo focaliza o Parque Estadual do Jalapão – TO. A região do Parque é considerada uma das áreas prioritárias para a conservação do Cerrado e é composta por outras unidades de conservação federais e estaduais que variam da proteção integral ao uso sustentável. A criação do parque é encarada como um reflexo de uma conjuntura internacional em prol do Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista a situação em que se encontra a biodiversidade do planeta. Para que isto ocorra é necessário estabelecer a real participação dos envolvidos no processo de tomada de decisões e a partir daí garantir a boa governança das áreas com a articulação entre as esferas envolvidas. Os objetivos da pesquisa foram analisar a relação dos grupos interessados no PEJ com a Conservação do Cerrado a partir da implantação do Parque; compreender os diversos interesses em relação uso do Parque e entorno; analisar o processo de criação e implantação do PEJ e a inserção dos grupos de interesse neste processo e analisar as relações entre as atividades desenvolvidas no dentro do parque e a Conservação. A pesquisa foi baseada em métodos e instrumentos qualitativos, como a história oral e o uso de entrevistas orais. Foram observados que alguns fenômenos como a criação do Parque, o aumento da atividade turística e a comercialização do capim dourado (*Syngonanthus nitens*) influenciam a forma como as pessoas enxergam a conservação, mas que isso não se traduz necessariamente em atitudes conservacionistas. No aspecto participação social percebeu-se um círculo vicioso, onde o comportamento não participativo das pessoas é reforçado pela postura assistencialista do governo e vice-versa. A não participação implica em última instância no não atendimento das reais demandas das comunidades além de permitir pouco contato destas pessoas com a proposta de conservação que acompanha o Parque.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Participação Social; Jalapão

ABSTRACT

The study focuses the State Park of the Jalapão - TO. The region of the Park is considered one of the priority areas for Cerrado's conservation. The Jalapão's area is composed for federal and state's level of protect areas, varying from integral protection to sustainable use of land. The creation of the park is faced as a consequence of an international conjuncture in favor of the sustainable development, based in a current world-wide situation of the biodiversity. So, that this occurs is necessary to establish the real participation of the involved ones in the process of taking of decisions and from that, guaranteeing the good governability of the areas with the joint between the involved spheres there. The objectives of the research had been to analyze the relationship of the interested groups in the State Park of Jalapão - TO with the cerrados's conservation from the implantation of the Park; to understand the interests about the use of the Park and outfield; to analyze the process of creation and implantation of the Park and the insertion of the interested groups in this process; and to analyze the relations between the activities developed in the park and its conservation. The research was based on methods and qualitative instruments, as verbal history and the use of verbal interviews. Some phenomena that had been observed, as the creation of the Park, the increase of the tourist activity and the commercialization of Capim Dourado (*Syngonanthus nitens*), they exert influences in the way that people deal with conservation, but necessarily, it dosen't mean that people expressed conservationist attitudes. In the aspect of social participation a chain of circumstances was perceived, where the lack of participatory behavior of people is strengthened by the assistential position of the government and vice versa. The insufficient number of committed and participated people led in last instance, the scant attendance of the real demands of the communities besides allowing little contact of these people with the conservation proposal that folloies the Park.

Keywords: Protected Areas; Social Participation; Jalapão

1 INTRODUÇÃO

A conservação da Biodiversidade tem conquistado um espaço cada vez maior nas esferas públicas de discussão, na mídia e no cotidiano das pessoas de todas as partes do globo. Isto vem ocorrendo desde que o homem percebeu que a forma como ele vinha se desenvolvendo estava trazendo conseqüências negativas, colocando em risco a sobrevivência de todas as espécies. Com esta visão, as sociedades vêm construindo outra forma de conduzir o desenvolvimento, buscando promover uma equidade entre o econômico, o social e o ambiental.

Dentre as estratégias para a conservação da Biodiversidade está a criação de unidades de Conservação, pelo fato de que estas podem ajudar a cumprir esta demanda na medida em que procura, através de seus instrumentos, regulamentar e normatizar as ações humanas em espaços considerados de relevância ecológica, espaços que precisam ser conservados para que a qualidade de vida se mantenha.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objeto de estudo o Parque Estadual do Jalapão, mais especificamente as influências da criação e implantação do Parque na forma como as pessoas percebem e agem acerca da Conservação da região do Parque e entorno.

A região do Jalapão concentra a maior área protegida de Cerrado, com uma grande variedade de ambientes e alta biodiversidade. Está localizada no extremo leste do estado do Tocantins, cerca de 260 Km de Palmas, sendo cortada por importantes afluentes dos rios Tocantins e Parnaíba – bacia do rio Tocantins, abrangendo principalmente os municípios de Mateiros, Ponte Alta e São Félix do Tocantins.

Com uma densidade demográfica de menos de 1 habitante/Km² semelhante à Amazônia, o Jalapão faz limite com o noroeste da Bahia, sul do Piauí e sul do Maranhão, na região da Chapada das Mangabeiras, divisor de águas das bacias do rio São Francisco, Parnaíba e Tocantins.

A região é considerada áreas prioritárias para a conservação do Cerrado brasileiro, inclusive por concentrar uma das maiores extensões de Cerrado ainda conservado no país. O Jalapão também possui uma área que se constitui em um ecótono por causa da transição do ambiente entre o Cerrado e a caatinga.

Recentemente, o Governo do Tocantins criou em 2003, o Parque Estadual do Jalapão com a finalidade de conservar esse fragmento de Cerrado. É uma unidade de Conservação que coincide com outras UCs de uso direto e indireto, como a APA Estadual do Jalapão, a APA

Federal da Serra da Tabatinga e Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins. Essa configuração requer um manejo integrado dessas UCs principalmente no que tange a inserção das comunidades envolvidas no processo de tomada de decisões e da participação das mesmas na conservação desse bioma.

O entorno e o interior do Parque vem sofrendo impactos devido aos distintos usos, dentre eles as atividades desenvolvidas pelas comunidades dentro do Parque que requerem o uso direto dos recursos naturais como a extração do capim dourado, o desmatamento e o uso intensivo das veredas através da agricultura e pastagem. Estes podem não ser os maiores impactos, mas precisam ser considerados, visto que há alteração do meio em função destas atividades.

O processo de criação de UCs, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), deve constar a participação das comunidades em todo o processo, desde a delimitação das áreas prioritárias para Conservação até a realocação das famílias para outras áreas que possuam as mesmas características ambientais, com a menor interferência possível na cultura dessas comunidades. Pode-se observar que, os casos aonde não há espaço para participação social, provocam na comunidade um sentimento negativo em relação à UC comprometendo assim a Conservação dos ecossistemas envolvidos.

A pesquisa parte do pressuposto que a implantação do Parque interferiu na forma como os grupos sociais que utilizam o espaço vêem o meio ambiente e como eles atuam no sentido de conservá-lo.

Para tanto, o trabalho partiu da revisão de literatura, que forneceu a base teórica para a compreensão dos fenômenos observados na pesquisa de campo. A construção teórica foi elaborada a partir de como a Conservação da Biodiversidade começou a ser posta como prioridade, com a consolidação do Desenvolvimento Sustentável e o foco direcionado para as interfaces entre o global e o local e na importância da participação social para que se garanta a equidade entre o social, ambiental e o econômico.

Em segundo momento, a Conservação propriamente dita, a forma como ela começou a ser operacionalizada com a definição de critérios e prioridades e com o surgimento de correntes distintas de pensamento que variam desde a defesa das unidades de proteção integral, sem a permanência de pessoas no seu interior, até a inserção total das pessoas no processo de Conservação, sendo concluída com a importância da relação homem e meio para a Conservação.

Os resultados são apresentados tomando como ponto de partida pontos de revisão de literatura acerca do histórico de ocupação do Jalapão, que servirá como base para o entendimento de algumas questões referentes à visão de propriedade da terra e de participação. A seguir uma análise dos grupos de interesse e suas percepções e atitudes frente à Conservação. Em momento posterior é apresentado o processo de criação do Parque, e a inserção das pessoas no processo, complementado pela análise da participação social no Parque.

Esta pesquisa contou com o apoio da Universidade Federal do Tocantins, do DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio), do Núcleo de Estudos Estratégicos em Ambiente e Turismo Sustentável (NEATUS/UFT), da Fundação Boticário de Proteção da Natureza (FBPN) e da Agência de Desenvolvimento Turístico do Estado do Tocantins (ADTUR).

2 OBJETIVOS

GERAL

Analisar a relação dos grupos interessados no PEJ com a Conservação do Cerrado a partir da implantação do Parque.

ESPECÍFICOS

- analisar o processo de criação e implantação do PEJ e a inserção dos grupos de interesse neste processo;
- compreender os diversos interesses em relação ao uso do Parque e entorno;
- analisar as relações entre as atividades desenvolvidas dentro do Parque e no entorno e a conservação do Cerrado.

3 REVISÃO DE LITERATURA

O Desenvolvimento sustentável e a valorização da Conservação da Biodiversidade

*“O futuro não é mais, como outrora,
um futuro assegurado”.*

Leonardo Boff

Em meados do séc. XX, a humanidade começou a despertar para questões que até então eram consideradas marginais e que possuíam legitimidades “pontuais”. Um dos grandes dilemas estabelecidos que marcou esta crise, foi a orientação mundial para o desenvolvimento alicerçado no crescimento econômico (que era visto como um fim), com a capacidade da natureza para alimentar este desenvolvimento. A idéia da inesgotabilidade dos recursos naturais fazia parte do paradigma¹ vigente, que depositava no homem uma fé inabalável de que era capaz de criar soluções aos infinitos problemas ambientais causados pelo crescimento econômico.

Esta forma de pensar começou a ser posta em xeque, uma vez que comprometia a base dos recursos naturais. Uma série de publicações, dentre elas Primavera Silenciosa (Carson, 1962), The Population Bomb (EHRlich, 1968), The Tragedy of the commons (HARDIM, 1968) e o clássico The Limits of Growth, (MEADOWS, 1972), citados por NOBRE (2002), colocaram questões como o crescimento populacional e limites ambientais em evidência, de certa forma popularizando a discussão e provocando uma série de mudanças nas relações do homem com a natureza e com ele próprio. A principal revelação é a de que os recursos naturais não tinham capacidade de regeneração compatível com a velocidade do crescimento econômico. O comportamento não linear da natureza e das relações humanas foi sendo compreendido e respeitado.

Algumas conseqüências deste modelo que não haviam sido previstos, como por exemplo, as crescentes demandas da industrialização, a desigualdade social, econômica, a tendência

¹ A idéia de paradigma adotada neste trabalho consiste em um conjunto de valores compartilhados por membros de uma comunidade, que corresponde a uma forma de pensar. A mudança de um paradigma é um processo lento, que consiste em alterações profundas nas relações econômicas, sociais e ambientais, além de ser um processo não linear. (KUHN, 2003, p. 42).

para homogeneização das culturas e a incorporação da lógica do Ter, revelam, juntamente com outros fatores, a falência deste modelo e a queda de um mito, como afirma Celso Furtado, em sua obra “O Mito do Desenvolvimento Econômico” (1974),

(...) Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento. A importância principal do modelo de *The limits to growth* é haver contribuído, ainda que não haja sido o seu propósito, para destruir esse mito, seguramente um dos pilares da doutrina, que serve de cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista. (FURTADO, 1974, p. 89)

São muitas as críticas com relação às reais implicações dessa outra forma de gerir o desenvolvimento. O atual paradigma² do desenvolvimento, ainda que de forma conceitual, considera o crescimento um meio e não um fim, protegendo as oportunidades de vida das gerações atuais e futuras e, por conseguinte, o respeito à integridade dos sistemas naturais que permitem a existência de vida no planeta. É a entrada na era da problematização, no sentido de entender os processos da natureza e ao atendimento de demandas do mundo, tanto através da ciência como da política.

No caso em questão, muito se evoluiu em termos conceituais e pouco em termos de resultados. A título de exemplificar esta mudança, propõe-se a reflexão à luz de alguns marcos importantes neste processo.

O percurso do Desenvolvimento Sustentável

A primeira vez que a dimensão ambiental foi incorporada às agendas internacionais de desenvolvimento foi no início da década de 70 e teve como referência a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano³, que aconteceu em Estocolmo em 1972, ocorrida do mesmo ano da publicação *Limits of Growth*. A declaração resultante desta conferência anunciou ao mundo que, os recursos naturais eram esgotáveis e que havia urgência de se adotar posturas pró-ativas, no sentido de se estabelecer critérios e princípios

² Na verdade o paradigma da sustentabilidade está em construção. A mudança paradigmática já é um processo, que neste caso acompanha a visão sistêmica sobre a natureza, a partir da lógica biológica. (MORIN, 2000 p. 32)

³ A participação do Brasil nesta Conferência ocorreu de forma tímida e as questões ambientais ainda não faziam parte das discussões políticas. Como afirma o conservacionista brasileiro, Ibsen Gusmão Câmara, “O Brasil argumentava que essa história de Conservação era só invenção dos países desenvolvidos para impedir o desenvolvimento dos países em desenvolvimento”. (URBAN, 1998 p.265)

comuns que oferecessem aos povos do mundo inspiração, e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano. Também um dos termos do acordo foi que os países em desenvolvimento deveriam dirigir seus esforços para o desenvolvimento incluindo o meio ambiente, enquanto que os países industrializados contribuíssem para reduzir o abismo que os separa daqueles países.

A realidade ambiental dos países em desenvolvimento foi considerada preocupante. Além de possuírem as maiores taxas de crescimento populacional, a maior parte da população destes países utilizava diretamente os recursos naturais como base alimentar e econômica, além de construir sua identidade social e cultural (DIEGUES, 2001). Estes dois fatores aliados ocasionam uma maior pressão sob os recursos naturais. Curioso ressaltar que a participação do bloco dos países do 3º mundo só foi acontecer dez anos depois, na sessão especial da Unep⁴ em Nairobi, dedicada a fazer um balanço desde a Conferência de Estocolmo (NOBRE, 2002). Este fato mostra que as primeiras conclusões sobre a situação dos países do 3º mundo, bem como as primeiras diretrizes no sentido de “equacionar” a questão não contaram com a participação de todos os envolvidos.

A declaração, reforçando a contradição citada anteriormente, também aponta e afirma, ainda que de forma tímida, a necessidade de se incluir todos os segmentos da sociedade nas discussões sobre o estado atual e futuro da humanidade, incorporando o homem como agente no processo, como se pode observar no seguinte trecho do texto:

Para se chegar a esta meta será necessário que cidadãos e comunidades, empresas e instituições, em todos os planos, aceitem as responsabilidades que possuem e que todos eles participem equitativamente, nesse esforço comum. Homens de toda condição e organizações de diferentes tipos plasmarão o meio ambiente do futuro, integrando seus próprios valores e a soma de suas atividades.⁵

A partir desta Conferência, esta outra forma de conduzir o desenvolvimento começa a ser desenhada e incorporada paulatinamente nas discussões políticas, sociais e econômicas e o termo sustentável passa a ser o foco das atenções. Neste momento a dicotomia crescimento econômico *versus* uso dos recursos naturais se estabeleceu e moveu os interesses mais diversos. As controvérsias e comparações entre os dois modelos de desenvolvimento ultrapassam a questão do mercado e ganham o espaço social, ainda que de forma superficial. Como afirma Ignacy Sachs em “Caminhos para o desenvolvimento sustentável”,

⁴ Programa Ambiental das Nações Unidas, criado pela ONU, em 1972. Esse programa conduziu e orientou a realização de Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano.

⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente humano. Estocolmo, 1972. Disponível: < <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm> >. Acesso em: 7 out. 2005.

Os primeiros consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização, para alcançar os países desenvolvidos. Em grande escala, o meio ambiente não era uma preocupação de peso para pessoas ricas e ociosas. A prioridade deveria ser dada à aceleração do crescimento. As externalidades negativas produzidas nesse rumo poderiam ser neutralizadas posteriormente, quando os países em desenvolvimento atingissem o nível de renda per capita dos países desenvolvidos. “O otimismo epistemológico era popular entre políticos de direita e de esquerda: soluções técnicas sempre poderiam ser concebidas para garantir a continuidade do progresso material das sociedades humanas” (SACHS, 2000, p. 50).

O autor ainda coloca a necessidade de se adotar “*padrões negociados e contratuais de gestão da Biodiversidade*”, e isto consiste em estabelecer um caminho do meio, que atenda tanto as exigências do mercado, como as ambientais e sociais (SACHS, 2000). Neste contexto, em 1975, a Unep trabalha o conceito de Ecodesenvolvimento⁶, que trata de um desenvolvimento endógeno, com o foco no particular, auto-suficiente, orientado para as demandas reais e em harmonia com a natureza. Este conceito é uma tentativa de preencher uma lacuna deixada pela Conferência de Estocolmo, haja vista que não deixa claramente expressas as disparidades entre regiões, nem tampouco estabelece formas de equacionar esta questão. Essa lacuna é preenchida com a valorização do desenvolvimento com foco *in loco* e regional, com especial atenção ao uso dos recursos naturais.

Ao mesmo tempo em que Sachs trata o ecodesenvolvimento como sendo sinônimo de Desenvolvimento Sustentável, LEFF (2002) diz que o Ecodesenvolvimento, ao desviar o foco do crescimento desenfreado para a promoção de novos tipos de desenvolvimento fundados nas condições e potencialidades dos ecossistemas, reafirma a dicotomia recursos naturais *versus* crescimento econômico, e que essa diferença abre espaço para o surgimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, o que pressupõe conceitualmente uma equidade entre o econômico o social e o ambiental.

(...) as próprias estratégias de resistência à mudança da ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas do ecodesenvolvimento. Daí surge a busca de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza. (LEFF, 2002, p.89)

A concepção de Desenvolvimento sustentável e a definição mais utilizada na elaboração das políticas internacionais de desenvolvimento é baseada no relatório final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominado relatório Brundtland, que em 1987 foi publicado pela Oxford University Press com o título “Our Common Future”. Este conceito é definido no documento como: “aquele que atende às necessidades do presente sem

⁶ O expoente na formulação da expressão *ecodesenvolvimento* foi Maurice Strong, secretário Geral da Conferência de Estocolmo em 1972.

comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades” (CMMD, 1991, p.09).

O equilíbrio entre a capacidade de recomposição da natureza e a velocidade com que o mercado demanda desta, é que irá gerar o conceito “sustentável”, uma vez que no âmbito da produção, esse traduz a existência de limites de uso e disponibilidade de recursos naturais.

Até a publicação do relatório *Nosso Futuro comum*, a preocupação foi de certa forma, denunciar a não eficácia do modelo de desenvolvimento calcado no crescimento econômico, sugerir os possíveis caminhos e reforçar que todos os esforços deveriam ser direcionados no sentido de equacionar as demandas humanas com a oferta do ambiente, isto é, sua capacidade de fornecer subsídios para atender tais demandas.

A ONU tornou a se reunir, em 1992, agora no Rio de Janeiro. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento originou alguns acordos e declarações, dentre eles a Agenda 21 e a Convenção da Biodiversidade, consolidando os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

A agenda 21 é um dos instrumentos que foram criados no intuito de orientar a sociedade para conduzir o desenvolvimento no caminho da sustentabilidade. Uma das inovações que o documento traz é a inclusão do olhar metodológico para as questões ambientais. A participação da sociedade como um todo era considerada até então como importante e necessária, com o advento da Agenda 21, o foco passou a ser o “como” promover esses esforços. Nesse sentido foram elaboradas diretrizes que visavam orientar os países signatários a construir suas agendas nacionais, regionais, locais e de como promover a participação. Os problemas ambientais decorrentes das ações do homem sobre o meio passam a ter outra dimensão, com a idéia de que toda ação local tem uma repercussão na esfera global e isto acaba confirmando a necessidade de se estabelecer estratégias para efetivar a cooperação internacional predita em Estocolmo e otimizar seus resultados.

Concomitante à noção de sustentabilidade, veio à preocupação com o local e sua interferência no global, a teia de relações estabelecidas entre o social, o ambiental e o econômico. Isto gerou uma série de visões sobre apropriação da natureza, e é nesse jogo de forças que o desenvolvimento passou a ser orientado. Segundo LEFF:

Diante da impossibilidade de assimilar as propostas de mudança que surgem de uma nova racionalidade (ambiental) para reconstruir bases éticas e produtivas de um desenvolvimento alternativo, as políticas do desenvolvimento sustentável vão desativando, diluindo e deturpando o conceito de ambiente. (LEFF, 2002, p.62)

Na década de 90, a onda do livre mercado avançou mais rapidamente que as propostas do desenvolvimento sustentável. Os governos dos países voltaram-se mais para questões econômicas do que para a implantação das recomendações da Agenda 21. A exemplo disso temos o Brasil, que publicou a sua Agenda 21 dois meses antes da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, África do Sul em 2002, dez anos depois da Eco 92. A discussão de décadas anteriores continua. As políticas neoliberais incentivam a produção e o consumo com enorme desperdício, conflitam com os movimentos ambientalistas, cada vez maior em número, embora sua atuação ainda não produza resultados eficazes no sentido de influenciar em formulação de políticas.

O Relatório de desenvolvimento Humano 2005, publicado pelo PNUD (2005), traz a preocupação de que as metas estabelecidas para o desenvolvimento humano para o ano de 2015, estão comprometidas caso a atual trajetória do desenvolvimento se mantenha. Como exemplo disso, o relatório aponta que a mortalidade infantil pode girar em torno de 41 milhões de crianças que sucumbirão por causa da pobreza nos próximos 10 anos, assim como a educação primária, que neste mesmo período de tempo 47 milhões de crianças dos países em desenvolvimento estarão fora da escola.

Esta tendência é corroborada pelo Relatório Planeta Vivo⁷ que é uma movimentação de ONGs internacionais, no sentido de explorar o impacto do homem sobre o planeta sob dois índices: o primeiro, índice Planeta Vivo mede tendências gerais em populações de espécies selvagens pelo mundo. O segundo, a Pegada Ecológica⁸, é uma forma de medir a sustentabilidade ambiental e mede as exigências passadas e atuais da humanidade sobre os recursos renováveis do globo. Segundo este último, entre 1970 e 2000, a pegada ecológica da humanidade cresceu ao ponto de exceder em 20% a capacidade ecológica do mundo. A pegada ecológica é uma referência porque mede a pressão total imposta pela humanidade sobre o ambiente global. A conclusão do Relatório é que o homem já não vive dentro dos limites sustentáveis da Terra. Os ecossistemas estão sofrendo, o clima global está mudando e se a humanidade continuar por este caminho de consumo insustentável de exploração desmedida, mais difícil será restaurar e proteger a Biodiversidade mundial.

⁷ Disponível em http://www.wwf.es/planeta_vivo04.php, acessado 24/06/06

⁸ O conceito de Pegada Ecológica também é trabalhado pelo autor Genebaldo Freire Dias, que a encara como uma metodologia que revoluciona os estudos ambientais, a partir do estudo minucioso do metabolismo dos ecossistemas urbanos que é moldado por nosso estilo de vida e tem como consequência uma maior pressão sobre os recursos naturais. (DIAS, 2002)

Pensar global, agir local

O lema mundial definido a partir da Agenda 21, o: *Pensar global e agir local* provoca algumas mudanças no comportamento das sociedades, que têm que adaptar a novas formas de relacionamento entre os homens e entre estes e a natureza. O homem teve que começar a conviver com constatações que até então eram preocupações pontuais de pequenos grupos. Uma constatação é que por sua ação começa a emergir conseqüências que comprometem a qualidade de vida dele e de seus semelhantes. Isto consiste em uma mudança radical, o homem continua como centro do processo, mas agora numa posição de agente construtor desta intermediação entre as necessidades do crescimento econômico e a capacidade da natureza em atender esta demanda. A responsabilidade pela garantia da qualidade de vida da população humana extrapola a esfera governamental e todos, sem exceção, são postos como atores principais.

Faz-se necessário considerar que nesse processo, o mundo experimenta o fenômeno da globalização, que por suas idiosincrasias, também interfere nos modos de relação do homem com a natureza e com ele mesmo. A quebra de fronteiras, o encontro de diversidades e a abertura dos espaços de discussão públicos e privados, estabelecem uma nova representação social dos problemas ambientais. O que antes era considerado pontual, local e particular em uma determinada região ou localidade, agora é percebido de forma mais abrangente, com efeitos que vão além dos limites geográficos⁹. Na visão do sociólogo Zygmunt Bauman, a globalização tem caráter unificador e desunificador, na medida em que favorece a quebra de fronteiras, a mobilidade e o encontro de diversidades, mas também o neoliberalismo que prega a redução na atuação do estado. (BAUMAN, 1999).

O que está implícito no “Pensar global e agir local”, é a noção de co-responsabilidade em que nem as pessoas, as instituições e as disciplinas conseguem atingir resultados satisfatórios se não assumirem uma postura participativa. Neste sentido o Desenvolvimento Sustentável, pressupõe mudanças importantes no comportamento das pessoas, que são conclamadas a adotar posturas pró-ativas, a serem participativas, a interferirem nas discussões. Isso pra muitas sociedades ainda parece algo distante, uma vez que a cultura de participação nas

⁹ O Turismo, fenômeno em crescente expansão e com grande capacidade para aproximar sustentabilidade econômica, cultural e ambiental, é assinalado por este autor como tendo sido de grande importância para a quebra de fronteiras e troca de informações interligando todos os pontos do planeta e coloca que "foi antes de mais nada a disponibilidade de meios de viagem rápidos que desencadeou o processo tipicamente moderno de erosão e solapamento das "totalidades" sociais e culturais localmente arraigadas." (BAUMAN, 1999 p.21)

decisões ocorre de forma diferenciada, conforme a história política de cada localidade e região. No Brasil, a constituição de 1988 instituiu a democracia participativa introduzindo novas formas de relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Como coloca SANTOS JUNIOR *et al.* (2004), esse movimento “faz emergir campos de inter-relações, de arenas públicas que se firmam em novas regras como pressupostos de convivência, com papel decisivo para encaminhar e reconfigurar os diversos processos vivenciados na gestão pública”. (BAUMAN, 1999, p.105)

Parece haver um grande problema de comunicação entre os grandes tomadores de decisão e os receptores das benéficas das políticas, que reflete no momento em que o que é preconizado em âmbito global passa a ser "operacionalizado" no âmbito local. Os efeitos são globais, mas a mudança ocorre no local, as respostas são locais e, portanto possuem peculiaridades que transformam esta "operacionalização" em um sistema extremamente complexo, onde variáveis como diversidade cultural e biológica se fazem presente, estipulando barreiras para a uniformização das políticas.

Até a Agenda 21, a participação dos envolvidos se resumia na consulta pública: eram feitas pesquisas com a comunidade e a elas servindo de informante, com o objetivo de identificar a demanda, porém esses não participavam de nenhuma outra etapa do processo.

À medida que o conceito de sustentabilidade é incorporado ao Desenvolvimento, esse estabelece critérios e limites para o que é desenvolvido e o que não é sustentável e o que não é sustentável, para pobreza e riqueza, para o tradicional e para o não tradicional. A leitura destas variáveis e o estabelecimento dos critérios e limites não são universais (e nem poderia ser!), fica dependente das características locais. Isto abre espaço para que emerja uma gama de vertentes, em que cada uma acaba valorizando um determinado aspecto da sustentabilidade, conforme os interesses dos grupos sociais que as compõem. Neste sentido há um conjunto de forças com interesses distintos que atuam no jogo da sustentabilidade, e apesar da pluralidade de abordagens, o que prevalece é o pensamento ocidental, baseado na lógica de mercado. A marca da contradição é que as demais culturas que não necessariamente caminham nesta lógica e são praticamente obrigadas a incorporar este modelo e têm que adequar essa lógica e ainda manter suas características tradicionais.

Ocorre que, com a valorização da participação social nos processos de desenvolvimento, houve um aumento dos espaços públicos de discussão, através de Fóruns, Conselhos Comunitários e outras instâncias. A importância disto é confirmada no livro “Organização Social e Desenvolvimento Sustentável: Projetos de base comunitária”, onde KISIL (1996)

apresenta o conceito de Desenvolvimento Local, que se refere à articulação entre esferas governamentais e não governamentais no estabelecimento de diretrizes e estratégias no âmbito local, que em última instância reflete a tomada de consciência da co-responsabilidade. Sendo assim, o Desenvolvimento Local é definido por esse autor como:

Processo de construção de coalizões envolvendo os três setores da sociedade (governamental, empresarial e ONGs), onde o poder para governar não fica apenas com o Primeiro Setor (governo), mas sim com toda a sociedade, representada pelas organizações participantes da coalizão, ampliando o sentido de governo local para uma governança local. (KISIL, 1996, p.68)

Um conceito que vem apoiando este movimento é o conceito de governança. GRAHAN *et al.* (2003) a definem como:

Interação entre estruturas, processos e tradições, que determina como o poder e as responsabilidades são exercidos, como decisões são tomadas e como os cidadãos e outros parceiros envolvidos (stakeholders) são ouvidos. (GRAHAN *et al.*, p.38)

Ainda sobre o que foi dito, há uma necessidade premente da união de esforços. SANTOS JUNIOR *et al.* (2004) ampliam este conceito, trabalhando com a idéia de que é importante estabelecer padrões de interação, com fins de assegurar que o processo ocorra de forma que todos os segmentos interessados possam estar envolvidos. Sendo assim, os autores colocam estilos de governança, e o que mais se aproximou do contexto deste trabalho é o de governança democrática, que implica em:

Padrões de interação entre instituições governamentais, agentes do mercado e atores sociais que realizem a coordenação e, simultaneamente promovam ações de inclusão social e assegurem e ampliem a mais ampla participação social nos processos decisórios em matéria de políticas públicas. Tal padrão de interação entre governo e sociedade se expressa em canais ou arenas, institucionalizados ou não, de intermediação entre instituições governamentais e atores sociais (SANTOS JUNIOR *et al.*, 2004, p. 19)

Estes padrões referem-se aos processos de decisão, de planejamento, execução, monitoramento, inclusive os processos de disseminação das informações referentes ao desenvolvimento de um determinado local ou região.

O conceito de governança vem sendo discutido e adotado em diversos segmentos, inclusive para a gestão de áreas naturais protegidas. O V Congresso Mundial de Parques, ocorrido em Durban (UICN, 2003) teve a governança de áreas protegidas como um de seus temas e a discussão girou em torno fundamentalmente das relações de poder e responsabilidade, definindo como são tomadas as decisões em assuntos de interesse coletivo, quem tem o poder de decidir, quem influencia na tomada de decisões, e como são estabelecidas as responsabilidades de tais tomadores de decisão. Um dos documentos

apresentados foi “Princípios da governança em áreas protegidas”, do Centro de Governança do Canadá (GRAHAN *et al.* 2003). Os princípios para a boa governança em áreas protegidas apresentados neste documento são o Direcionamento (existência de instrumentos de gestão da área protegida e a visão estratégica), a *Performance* (incluindo a coordenação de esforços, a informação ao público, a efetividade e a eficiência), a Prestação de contas (*Accountability*, que corresponde à clareza na atribuição de responsabilidades frente ao público e instituições parceiras, os chamados *stakeholders*), a Equidade (*Fairness*, que consiste na imparcialidade na aplicação de normas e equidade no processo de criação da UC) e a Legitimidade e Voz, que se refere à participação dos envolvidos e na descentralização do processo de tomada de decisões.

O objetivo de trazer esta discussão teórica vem da importância da boa governança de áreas naturais protegidas para a concretização do discurso proposto pelo Desenvolvimento Sustentável, correspondente ao que Sachs chamou de padrões negociados de gestão da Biodiversidade. Como afirma IRVING (1998), “A condição ética de sustentabilidade de projetos de desenvolvimento é exatamente a participação comunitária” (p.71). Deste modo, o trabalho de inclusão da dimensão participativa dotado de visão estratégica, ou seja, compreendido como processo de engajamento e mobilização comunitária, torna-se uma importante perspectiva para o Desenvolvimento Sustentável.

De fato, como afirma BORDENAVE (1983), “a participação das pessoas da comunidade é a melhor preparação para a sua participação como cidadãos na sociedade global” (p.41). Enfatizando a noção de participação, FAUNDEZ (1993, p.69) afirma que “sem uma participação coletiva, criadora, crítica e permanente, não é possível descobrir as questões essenciais, nem as respostas adequadas que permitirão construir uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária”.

Nesse contexto, a premissa de distribuição equitativa de bens e recursos de forma igualitária se baseia totalmente no conceito de participação. Ela pode ser compreendida como o processo de construção de poder endógeno para que determinada sociedade promova a autogestão, desenvolvendo o seu potencial sócio-econômico e superando as limitações na busca contínua de qualidade de vida de sua comunidade. Importante colocar que em todo movimento político (e nesse caso deve-se encarar o desenvolvimento como tal) existe uma dimensão psicológica, na medida em que sugere, e de certa forma exige, um conjunto de mudança de atitudes, posturas e o debate de valores de pessoas e grupos.

Outro ponto que reflete os problemas de comunicação entre o global e o local, é o estabelecimento de critérios e a definição de conceitos. O que é global? O que é local? A Convenção da Diversidade Biológica reconhece o direito das populações tradicionais quanto ao uso dos recursos naturais, mas qual é o limite entre tradicional e o não tradicional? O que é ambiente? Quem estipula estes conceitos? As respostas à crise ambiental devem ser dadas sob que orientação? São muitos os questionamentos e respondê-los não é o objetivo deste trabalho, e sim apontar alguns pontos que levem à reflexão das conseqüências desta dificuldade acerca dos critérios e conceitos utilizados na elaboração de políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento sustentável.

Observa-se uma expansão da percepção da dimensão dos problemas ambientais que também se revela na forma de se tentar solucioná-los, ainda que de forma superficial. Cada vez mais se buscam esforços no sentido de avançar os limites disciplinares, e ainda instaurar uma nova óptica de investigação dos problemas ambientais. Esse processo, a construção interdisciplinar, requer uma gama de requisitos, entre eles uma postura aberta e uma visão sistêmica por parte da comunidade científica, das agências reguladoras, dos poderes públicos e da sociedade em geral, na medida em que é preciso ceder espaço para o discurso do outro, incorporar conceitos, trocar experiências, para conseguir assim, desenhar o estabelecimento de uma nova ordem com base nos princípios de sustentabilidade.

A valorização do saber tradicional, o pensar global e o agir local implicam em modificar a forma como o meio ambiente é visto. Há uma necessidade premente de união, articulação entre povos, setores, segmentos, tanto de pessoas como de instituições. A participação das pessoas passa a ser uma necessidade e isso começa a ser legitimado nas políticas de desenvolvimento, que passam a incorporar essa dimensão, criando instrumentos de favorecimento da participação das pessoas tanto local como regional e global.

Conservação: Estabelecendo critérios e definindo prioridades

Há uma crítica muito forte dos que compartilham da visão conservacionista correspondente ao modelo de Parques adotado no Brasil. Segundo DIEGUES (2001), o conceito de unidade de Conservação adotado no país surgiu com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos E.U. A, em 1872. Os objetivos que levaram à criação desse Parque foram: a preservação de atributos cênicos, a significação histórica e o potencial para atividades de lazer. A partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone houve uma racionalização no processo de

colonização do oeste americano, quando, inclusive, ocorreu a criação de diversas outras unidades de Conservação sob este enfoque, e este modelo foi implantado em várias regiões da América Latina, sem o devido estudo prévio da realidade das áreas naturais destas regiões e sem levar em conta a presença humana na maioria destas áreas.

Hoje, observa-se uma tendência das Políticas Públicas em encontrar pontos em comum entre as visões aqui apresentadas. A Conservação tem se fortalecido, devido aos benefícios que proporciona, dentre eles podemos destacar a melhoria da qualidade de vida da população humana; a contribuição econômica direta e indireta, através do uso sustentável dos Recursos Naturais, com a produção de alimentos, produtos farmacêuticos e de uso industrial; participação na manutenção dos grandes ciclos ambientais do planeta, como o ciclo da água, dos climas, dos nutrientes; o valor estético, e o valor das espécies por si mesmo, pelo simples fato de existirem (UICN, PNUMA; WRI, 1992).

Há um consenso que vem sendo construído, de que é importante incorporar e compatibilizar as distintas visões. Algumas diretrizes mundiais para a Conservação estão cada vez mais incorporando isso.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (BRASIL, 1999) foi um passo importante uma vez que foi um documento assinado por 170 países que se comprometeram a adotar a conservação da Biodiversidade como prioridade, o uso sustentável dos recursos biológicos e na divisão equitativa desse uso, além de apresentar uma série de ações e instrumentos para a implantação da agenda global de Biodiversidade. A convenção também deixa expressa a necessidade de se incluir o componente humano na gestão dos recursos naturais, como se pode observar no seguinte trecho:

Reconhecendo a estreita e tradicional dependência dos recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à Conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes (BRASIL, 1998)

Durante a Rio 92, o debate sobre a conservação da Biodiversidade, criação de áreas protegidas e o envolvimento das populações locais se ampliou, de acordo com o que foi dito anteriormente sobre participação. Também foram identificados os desafios e as estratégias para orientar as políticas públicas para o próximo milênio, baseados nos preceitos do Desenvolvimento Sustentável.

A questão da conservação da Biodiversidade passou a ocupar as agendas política, social e científica em vários países do mundo. Sendo assim, algumas perguntas começaram a

ser feitas, como por exemplo: “Como frear o uso indiscriminado dos recursos naturais de modo a garantir a Conservação de todos os remanescentes de ecossistemas em todo o Planeta?” e “Quais prioridades deveriam ser estabelecidas?”

Dentre as estratégias estabelecidas, está a criação de áreas protegidas, que corresponde a “... uma área dedicada primariamente à proteção e usufruto de um patrimônio natural ou cultural, ou manutenção da Biodiversidade e/ou serviços de apoio à manutenção da vida ecológica” (UICN, 1991). A CDB corrobora o papel das áreas protegidas para a Conservação. No artigo 8, a convenção convoca os países a estabelecerem e manterem um Sistema de Áreas Protegidas, como também estabelecerem prioridades globais e políticas para a Conservação in situ da Biodiversidade (BRASIL, 1998). Nesta perspectiva, o Brasil cria em 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e em 2006, lança o Plano Nacional de Áreas Protegidas, que parte de uma avaliação do SNUC e de um intenso processo de consulta pública, envolvendo todos os segmentos ligados ao tema, incluindo todos os biomas.

Conforme dados do relatório “2003 United Nations List of Protected Areas”¹⁰, 90% das áreas protegidas no mundo, incluindo todas as áreas que estão submetidas alguma forma de proteção, foram criadas nos últimos 40 anos e já ultrapassam 100 mil áreas legalmente protegidas, distribuídos em 18 milhões de Km², o equivalente a aproximadamente 11,5% da superfície terrestre (IUCN, 2003).

O Brasil tem aproximadamente 9,5 milhões de pessoas do seu território sob algum tipo de proteção conferindo, um total de 710 UCs federais e estaduais, sendo 423 de uso sustentável e 287 de proteção integral¹¹.

No período compreendido entre 1950 e 1970, foram criados 1300 Parques no mundo, segundo BRITO (2000). A UICN, em 1980, estimou que 70% das áreas protegidas no mundo eram habitadas (UICN, 1980). COLCHESTER (2000) coloca que na América Latina são 86% e no Brasil as cifras atingem cerca de 80%.

No início das discussões sobre a expansão das áreas protegidas, cientistas, tomadores de decisão e sociedade em geral sentiram necessidade de estabelecer objetivos, critérios e prioridades explícitas para a delimitação destas áreas, respeitando as peculiaridades locais.

As conjecturas sobre a situação da Biodiversidade, baseada em diagnósticos, indicavam neste final de século a extinção em massa de diversas espécies principalmente em ambientes tropicais. Para minimizar este problema, alguns esforços começaram a ser empreendidos no

¹⁰ Elaborado pelo Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), e a União Mundial para a Conservação (UICN) e divulgado no V Congresso Mundial de Parques, ocorrido em Durban (África do Sul) em 2005

¹¹ Informações obtidas através do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, disponível em www.ibama.gov.br, acessado dia 02/09/2006

sentido de estabelecer critérios para a definição das áreas que seriam prioritárias para a Conservação.

Estes critérios¹² foram estabelecidos com base essencialmente em critérios vindos das ciências naturais, sendo a alta Biodiversidade, os altos índices de endemismo e os elevados graus de ameaça antrópica. Eles compõem o conceito de *biodiversity hotspots*, surgido no início da década de 1980 com o ecólogo Norman Myer.

As espécies endêmicas são mais restritas em distribuição, mais especializadas e mais susceptíveis a extinção, decorrente das mudanças ambientais provocadas pela ação do homem. O endemismo é escolhido como critério para definir um hotspot, porque "plantas dão suporte a outras formas de vida". O grau de ameaça é o segundo critério para a definição de um hotspot, o quanto uma área perdeu pelo menos 70% de sua cobertura original onde se abrigavam espécies endêmicas. Hotspot é, portanto, toda área prioritária para Conservação, isto é, de rica Biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. (MMA, 2005¹³).

Na época, foram identificadas 10 áreas ao redor do mundo, hoje há um grupo de trabalho que conduz esta discussão, sendo composto por instituições como, por exemplo, a CI e o MMA. Em 2000 o número de áreas prioritárias aumentou para 24 e dentre os biomas selecionados, o Cerrado brasileiro é considerado um dos três ecossistemas mais ameaçados da América do Sul, juntamente com a Mata Atlântica. Trata-se de um dos biomas mais complexos, principalmente com as pressões exercidas pela expansão da fronteira agrícola e pecuária.

Os critérios para as estimativas de Biodiversidade ocorrem em três níveis, sendo respectivamente a quantidade de espécies, a diversidade de ecossistemas e a variabilidade genética. O Brasil, a partir destes critérios, é considerado como possuidor de uma alta Biodiversidade, produto de grande variação climática e geomorfológica de um país com mais de 8,5 milhões de Km² terrestres. Conforme dados do MMA (2005), o país conta com pelo menos de 10 a 20% do número total de espécies mundiais. Essa riqueza está distribuída em diversos biomas como: Amazônia Mata Atlântica, Zona Costeira e Marinha (e seus diversos ecossistemas associados, como mangues, restingas, praias, costões, Fortalezas de corais, entre outros), as Florestas de Araucárias e Campos Sulinos, a Caatinga, o Pantanal e o Cerrado. A ocupação destes biomas ocorreu de forma diferenciada, gerando efeitos diversos sobre a Biodiversidade e provocando a fragmentação de florestas e redução do número de espécies.

Há uma pressão internacional muito grande para que o Brasil aumente consideravelmente as áreas protegidas, pressão esta que parte principalmente das organizações de fomento, financiamento e crédito, contudo, o principal desafio é compatibilizar a Conservação com a

¹² Além dos critérios baseados em hotspots, existem outros critérios como o de Ecorregiões utilizados pela WWF e outras instituições que trabalham com critérios mais específicos como a Bird life, que utiliza como um de seus critérios áreas as "Important bird areas".

¹³ Disponível em www.mma.gov.br, acessado em 23/08/2006

ocupação humana, uma vez que grande parte da população vive e sobrevive dos recursos naturais, e seria necessário estabelecer um plano de políticas públicas mais adequadas ao grau de complexidade dos problemas a serem enfrentados.

DIEGUES E ARRUDA (2001) sugerem que outros critérios (além dos biológicos) sejam adotados para definir os “hotspots”, como os parâmetros da etnoconservação, que poderiam avaliar as paisagens construídas pelas populações tradicionais:

Um dos critérios a ser incorporado é o da existência de áreas de alta Biodiversidade decorrente do conhecimento e do manejo tradicional ou etnomanejo realizado pelas populações tradicionais indígenas e não indígenas. (...) Ter-se-ia sem dúvida, mapas de áreas críticas para a diversidade, diferentes daqueles gerados em workshops financiados por instituições ambientalistas internacionais. Esses mapas somente poderiam ser elaborados com a utilização de indicadores da Biodiversidade que não são apenas de ordem biológica, mas provenientes de uma nova etnociência da Conservação. Esta nova alternativa poderia basear-se em inventários da etnoBiodiversidade realmente participativos, com plena anuência e cooperação das populações tradicionais manejadoras da Biodiversidade. (DIEGUES E ARRUDA, 2001, p.34)

Esta perspectiva vem sendo incorporada e um fato observável é a carência de estudos específicos acerca destas populações, o que favorece que os critérios biológicos (com uma gama muito maior de pesquisas na área) sejam mais adotados.

A Criação de Unidades de Conservação no Brasil

O governo brasileiro criou em 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que, como sistema, prevê o planejamento, a execução e o monitoramento das unidades de Conservação do país. Sua definição para Conservação é:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. (BRASIL, 2004, art 2º § II)

As Unidades de Conservação são definidas pelo SNUC como sendo:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de Conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2004, Capítulo I; Art. 2º-inciso I)

O Sistema deixa explícito a necessidade de se compatibilizar a presença humana com a Conservação dos recursos e que há áreas, devido às suas peculiaridades, que devem ser preservadas de forma integral. Para tanto, o sistema divide as UCs em dois grupos, sendo um de proteção integral e outro de uso sustentável.

A UC de proteção integral prevê a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto de seus atributos naturais”. Como uso indireto o SNUC define: “aqueles que não envolvem o consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais”.

Inclui-se no grupo de proteção integral, os Parques Nacionais, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Monumento natural e Refúgio de Vida Silvestre.

Os Parques Nacionais, categoria na qual se inclui o Parque Estadual do Jalapão, são áreas representativas de um ou mais ecossistemas brasileiros, destinados à realização de pesquisas científicas, a Educação Ambiental, a visitação turística e à preservação do ambiente, conforme determinado no capítulo 3 do SNUC - Das categorias de Unidades de Conservação (BRASIL, 2004).

A criação de Parques, para fins de uso indireto, permite a presença de pessoas apenas para a visitação, o que implica na retirada de pessoas e na criação de soluções que resolvam o problema dos envolvidos.

A maior parte das unidades de uso sustentável permite a presença humana e o desenvolvimento de atividades econômicas sob determinadas condições e regras. As categorias pertencentes a esse grupo são a Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Um ponto relevante para a análise em questão são as implicações da criação de unidades de Conservação para as comunidades envolvidas em sua área de abrangência, tanto o entorno como a UC propriamente dita. Retomando a discussão sobre as críticas feitas ao modelo de Parques implantados no Brasil, a necessidade de retirada das pessoas se constitui, para muitos autores, numa agressão e um desrespeito às populações que tradicionalmente manejavam os recursos¹⁴ (DIEGUES, 2001).

Quando uma área é submetida à proteção legal, as pessoas que dela sobrevivem, geralmente precisam restringir o uso que fazem de seus recursos, havendo casos em que essas precisam deixar as suas terras. Em muitos casos, surgem conflitos abertos entre os vários grupos que usam a área e os a que vem implantar a UC, ou seja, o poder público¹⁵

¹⁴ Conforme o SNUC, os Conselhos de UCs de Proteção Integral são consultivos enquanto os Conselhos de UCs de Uso Sustentável são deliberativos. O fato de a primeira categoria não permitir a presença humana no interior das unidades de certa forma justifica e interfere na forma das pessoas participarem e não considera a interferência que ações dentro das UCs de Proteção Integral podem gerar na dinâmica social do entorno.

¹⁵ Com a exceção das RPPNs (Reservas Particulares de Proteção da Natureza), que são implantadas em áreas privadas por iniciativa dos respectivos proprietários.

O homem, tradicionalmente, estabelece as formas de ocupação e uso de um determinado território, que via de regra, não tem suas bases no que é legalmente instituído. As unidades de Conservação são criadas com base no SNUC, que prevê a realização de estudos prévios à criação da unidade, prevê um prazo de 5 anos para a elaboração do Plano de manejo, que é o documento norteador de todos os possíveis usos da área, sendo todo o processo referendado pelas comunidades através da consulta pública; com a finalidade de envolver estas comunidades; pensando as melhores alternativas em conjunto com os afetados, estimulando uma nova forma de pensar a natureza. Este dispositivo funciona, em última instância, para minimizar os conflitos que possam surgir com a criação da unidade uma vez que as formas de ocupação e uso dentro da concepção “unidade de Conservação” na maioria das vezes não coincidem com as formas tradicionais de manejo daquele território.

Quando este envolvimento não ocorre, há uma espécie de “sobreposição” de conceitos e práticas, criando choques de opinião, valores e conseqüentemente atitudes, entre o que é legalmente instituído e o que é tradicionalmente realizado.

Alguns estudos apontam para a existência de relações harmoniosas do homem com a natureza, e em alguns casos, isto é considerado no momento de criação das unidades, como foi o caso das Reservas de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá e Amanã. Segundo o SNUC, o conceito de RDS é:

(...) é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (BRASIL, 2004, artigo 20)

VALLE e FISHER (2002) ao relatarem as experiências de criação e gestão das Unidades de Conservação Estaduais na Amazônia, colocam que grande parte das populações da região mantém uma convivência equilibrada com a natureza, e que esta relação permitiu a manutenção dos ecossistemas que abrigam estas pessoas. Este fato induziu, no caso amazônica, a prevalência de UCs de uso sustentável.

O que faz do Cerrado uma área prioritária para a Conservação?

O Cerrado brasileiro tem sido alterado não somente pelos eventos naturais, mas principalmente pela ação do homem, eliminando e reduzindo habitats naturais e suas espécies associadas. Uma questão importante nos estudos sobre a Biodiversidade do Cerrado é a velocidade com que este bioma vem sendo degradado é incompatível com o tempo necessário para se conhecer o mesmo, tanto em termos de endemismo como de variabilidade genética, comprometendo a construção de cenários futuros e de alternativas. Segundo o relatório “Estimativas da perda de área do Cerrado brasileiro”, publicado em 2004 pela CI, os esforços no sentido de fomentar a pesquisa sobre o bioma e a pressão para o estabelecimento de novas áreas protegidas, não estão sendo capazes de conter a atual tendência do desaparecimento do bioma. Sobre a estimativa de perda da Biodiversidade. O relatório conclui: “(...) estimamos que o bioma deverá ser totalmente destruído no ano de 2030, caso as tendências de ocupação continuem causando uma perda anual de 2,2 milhões de hectares de áreas nativas” (MACHADO *et al.*, 2004, p. 4)

Devido à grande ameaça de redução de habitats de espécies endêmicas, o Cerrado passou a ser considerado como hotspot, uma vez que teve uma redução de 80% do seu bioma original. Neste contexto, o Cerrado possui 4,1% do seu território protegido, sendo dez Parques Nacionais, três Estações Ecológicas e seis Áreas de Proteção Ambiental¹⁶. Apresentar quadro UCs.

O Cerrado, até a metade do século XX, era pouco explorado e seu potencial econômico ainda não tinha sido despertado, reforçado principalmente pelo desconhecimento acerca da sua Biodiversidade, conforme dito anteriormente. Com um regime de chuvas e seca bem definidos e pelas características do solo, possui uma vegetação esparsa, onde são encontradas espécies vegetais de baixo valor econômico para a indústria madeireira, sendo a presença do fogo um elemento importante para a manutenção de algumas áreas deste bioma, desde que feito de forma controlada.

Alguns momentos são considerados na literatura como sendo os propulsores para o movimento de ocupação do Cerrado Brasileiro: a mecanização da agricultura brasileira depois de 1950 e a construção de grandes rodovias com vistas ao escoamento da produção agrícola; a construção de Brasília, e a conseqüente atração de investimentos e infra-estrutura para o centro do país; e a criação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

¹⁶ Disponível em <http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/Boneca.htm>, acessado em 27/07/06

(POLOCENTRO), na década de 70. Esta movimentação acabou tendo efeitos graves contra o bioma, como o desmatamento e o aumento da densidade demográfica. (RIBEIRO *et al.*, 2005)

Segundo KLINK E MACHADO (2005), mais da metade dos cerca de dois milhões de quilômetros quadrados do Cerrado já foi convertida para pasto, agricultura intensiva de grãos e outros usos. O cenário que incentivou a ocupação do Cerrado, com uma aceleração nas últimas décadas do século passado, estava focado no crescimento econômico, com a visão da inesgotabilidade dos recursos. Os resultados deste modelo de desenvolvimento começaram a ser percebidos no Cerrado e alguns movimentos em prol da manutenção da qualidade ambiental do bioma começaram a se desenvolver, tanto sob a ótica preservacionista, quanto conservacionista, sendo este debate a fonte geradora de discussões que procuram aliar as duas visões.

A visão preservacionista já não se sustenta em atender as demandas geradas pelo antigo modelo de desenvolvimento. Apesar disso, a questão econômica ainda pesa para os tomadores de decisão que enxergam o ambiente como fonte de recursos. Como nos diz ALHO (2005):

O Governo e os produtores rurais defendem que o avanço da soja no Cerrado tem contribuído substancialmente para a riqueza da região, aumentando as exportações e gerando divisas para o país. "(ALHO, 2005, p. 371).

Além da expansão da fronteira agrícola, outros fatores contribuem para os desequilíbrios ambientais no Cerrado, como a pecuária semi-extensiva, a retirada de madeira, o garimpo e formas primitivas de mineração (PINTO *et al.*, 2005), fogo (descontrolado, usado na maioria das vezes como técnica de manejo do solo), os desmatamentos (com objetivos distintos), o uso de contaminadores ambientais (emprego desordenado de herbicidas), com a conseqüente perda da qualidade ambiental do solo e da água (assoreamento, erosão, lixiviação, impactos de grandes obras de infra-estrutura), o turismo desordenado, entre outras (ALHO, 2005).

O fogo é uma prática muito comum de médios e pequenos produtores rurais, por ser a forma mais barata de manejar o solo, uma vez que, poucos dias após ter sido queimada, a vegetação rebrota mais rica em proteínas, celulose e sais minerais (RIVERA-LOMBARDI, 2003; HENRIQUES, 2005; MIRANDA E SATO, 2005), entre outros desenvolveram várias pesquisas no sentido de estudar quais são as reais influências deste elemento no bioma.

Embora, a vegetação lenhosa do Cerrado apresente características adaptativas ao fogo (EITEN, 1994; COUTINHO, 1990), as queimadas durante a época de seca podem resultar em mudanças significativas na estrutura e composição florística da vegetação do que as queimadas provocadas na época chuvosa. (MIRANDA E SATO, 2005, p. 95).

A Conservação no Tocantins

No Tocantins, o meio ambiente está amparado pela Política Estadual de Meio Ambiente, criada pela Lei nº 261, de 20 de dezembro de 1991. Sobre as unidades de Conservação e as comunidades que ocupam essas áreas, a mesma menciona no artigo 5º, inciso II quando dispõe sobre os objetivos, “definir e controlar a ocupação e uso dos espaços territoriais de acordo com as suas limitações e condicionantes ecológicos e ambientais”, e logo a seguir, no inciso XVI, ela garante “a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância de atividades que visem à produção, recuperação ou melhoria da qualidade ambiental”. Seguindo as diretrizes nacionais, esta política também segue o modelo punitivo, sendo observado na sua execução, ações pontuais e incipientes referentes à Educação ambiental nas áreas de influência direta e indireta das unidades de conservação do Estado.

Em 2003, o estado lança o SEUC, que segue todas as diretrizes do Sistema Nacional e regulamenta as UCs do Estado.

A discussão quanto às interações entre os mecanismos legais de proteção da Biodiversidade e as pessoas envolvidas possui várias facetas e intersecções, conforme discutido por DIEGUES (2001). No entanto há uma dificuldade quanto ao delineamento destas interações devido à complexidade desta questão.

Em 1999, um projeto denominado PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira¹⁷, iniciou um processo de elaboração de Ações prioritárias para a Conservação do Cerrado. No Tocantins, foram estabelecidas algumas prioridades como a Serra do Lajeado, a região Coco-Javaés (atualmente Cantão), a região leste do Tocantins e oeste da Bahia (atualmente Jalapão) e a Chapada das Mangabeiras, na fronteira entre o Tocantins e o Piauí. Dessa forma, foram criados em 2001 o Parque Estadual do Jalapão e o Parque Estadual do Lajeado. O Parque Estadual do Cantão fugiu a esta regra, sendo criado em 1998 sob a perspectiva do lançamento do PROECOTUR¹⁸.

Atualmente 22,06% da área do Estado são legalmente protegidas, cuja distribuição é de 5,77% de unidades de proteção integral, 9,12% de uso sustentável e 7,17% de áreas indígenas, (que não são UCs mas são consideradas áreas protegidas), segundo o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação. Todas as UCs de uso sustentável se configuram em APAs, que com a exceção das APAs do entorno das UCs de proteção integral, todas estão diretamente

¹⁷ Esse projeto foi resultado de um esforço interinstitucional, sendo composto pelo MMA/IBAMA, CNPq, GEF, Banco Mundial e CI.

¹⁸ Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

relacionadas com a compensação ambiental gerada pelos projetos de hidrelétricas e não existem efetivamente, ou seja, não foram implantadas.

Com base nas informações divulgadas pelo Naturatins (órgão executor da política ambiental no Estado), pode-se observar que somente 5,77% da área total do estado estão sob alguma forma de manejo, sendo esta área formada basicamente de UCs de Proteção Integral.

A Conservação no Tocantins é monitorada com base essencialmente na cobertura vegetal, em que são considerados principalmente os índices de desmatamento e focos de queimada. Os dados referentes ao desmatamento revelaram um aumento no período de 2002 a 2004 de 2%¹⁹, bem como um desmatamento contínuo nas áreas de matas e florestas, que segundo o Código Florestal (BRASIL, 1965), deveria ter 80% da sua área preservada.

Os principais fatores que levaram ao desmatamento no Estado foram o crescimento da produção de soja, com uma perspectiva de produção ascendente desde de 1997, terras de fácil mecanização que compensavam os investimentos com suplementos agrícolas, o incentivo fiscal dado pelo governo e a pecuária em expansão. Isso aliado ao conflito de competências entre as esferas federal e estadual, que gera uma fragmentação no processo de controle e fiscalização das áreas.

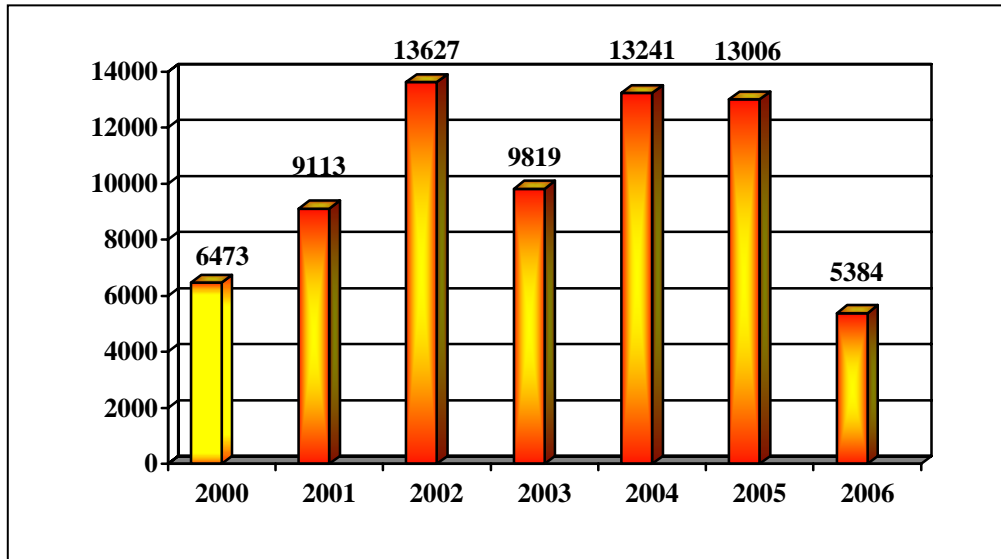
No Tocantins, a produção da soja vem crescendo e conforme nos diz Barbosa (2006),

(...) se comparada com o resto do país (em especial os estados da região Centro-Oeste), até 1997 à produção de soja do Estado do Tocantins era baixa, apresentando uma trajetória temporal descontínua na área plantada e na quantidade produzida. Porém, a partir de 1999, com o advento PRODECER III em Pedro Afonso – TO, o crescimento da produção apresentou evolução consistente, cresceu entre 1999-2002 a uma taxa de 98,50%, contra 35,89% do crescimento brasileiro. (BARBOSA, 2006, p. 55)

Com relação ao fogo no Cerrado do Tocantins, os dados mostram uma diminuição dos focos de fogo (Fig. 1). Nas unidades de Conservação, o fogo atingiu índices altos e isso decorre normalmente de ações humanas e por outros motivos, que variam conforme a cultura das comunidades do entorno destas unidades.

¹⁹ Os dados referentes ao desmatamento no Estado foram cedidos pela Coordenadoria de Ordenamento Florestal do Naturatins em novembro de 2006. Os índices são calculados com base em imagens de satélite e pela dificuldade encontrada, não deve ser considerado em termos absolutos, revelando, portanto, tendências.

Figura 1 – Freqüência de focos de calor no Tocantins no período de 2000 a 2006



Fonte: Instituto Natureza do Tocantins

Os principais motivos que levam ao fogo no Estado são as grandes propriedades rurais, seja com as lavouras, para elevar a fertilidade do solo, seja com a pecuária intensiva e as médias e pequenas propriedades que tem como atividades as roças de toco e a pecuária extensiva, e se utiliza do fogo para produzir alimento para o gado.

O Ecoturismo como alternativa para conciliar o bem estar social e a Conservação nos Parques e entornos

Outro ponto que acrescenta esta discussão é o incentivo para criação de Parques, pelo potencial que esta categoria de unidade de Conservação tem de aliar a Conservação com o bem estar social através atividade ecoturística, considerada de mínimo impacto ambiental e com grande potencial para fortalecer as economias locais gerando empregos e aumento da renda.

O ecoturismo é uma atividade dinâmica que envolve diversos níveis de interação entre as pessoas, culturas e o meio ambiente. Tem condições de suscitar nas comunidades envolvidas valores e experiências que perpassam tanto a sobrevivência como a auto-estima dessas. Tais experiências reforçam o imaginário de segurança, bem estar e satisfação, que consistem nas principais expectativas das comunidades em relação à atividade ecoturística (SANTOS 2006).

Segundo a OMT²⁰, são diversos os benefícios que os Parques podem proporcionar como a geração de emprego local, a diversificação da economia local, o estímulo ao aperfeiçoamento da infra-estrutura das cidades do entorno dos Parques e o incentivo ao lazer, tanto para os turistas como para a comunidade (UICN; PNUMA; WRI 1992).

Implícito nestes benefícios está a qualidade de vida, democratização de oportunidades, justiça social e Conservação dos recursos naturais. Um processo educativo, tanto no que se refere aos pensamentos e posturas de participação social como de Conservação dos recursos. Nisto consiste um processo educativo. Conforme IRVING E AZEVEDO (2002), não há como separar a atividade ecoturística da educação ambiental.

Refletir sobre o ecoturismo significa repensar a Conservação de recursos naturais e seu valor patrimonial para as sociedades humanas. O “bem natural” só pode ser captado, vivenciado, assimilado e democratizado, se os diversos atores envolvidos no processo desejarem a alternativa, compreenderem a natureza como elemento diferenciado em alternativas de desenvolvimento e não como óbice à melhoria de vida local, e, se no acordo de co-responsabilidade, o papel de protagonista for também compartilhado. Nessa perspectiva, cabe a indagação: como dissociar ecoturismo de educação ambiental? (IRVING E AZEVEDO, 2002, p. 27)

Parece que o que foi dito sobre os pressupostos do Desenvolvimento Sustentável, principalmente o foco no local e a necessidade de envolvimento das pessoas (que as autoras colocam como “atores sociais”) encontra aqui uma intersecção. A Conservação da Biodiversidade e o bem estar social encontram, na participação o suporte para que sejam atingíveis.

Entretanto, apesar do potencial que os Parques oferecem dentro desta outra perspectiva de desenvolvimento, grande parte dos Parques no Brasil²¹ não está com sua regularização fundiária regularizada, gerando uma série de problemas comprometendo em função disto a eficácia dos Parques no seu papel de conservar a Biodiversidade. Isso implica, na maioria dos casos, o desgaste das comunidades, além de não atingir o objetivo final que é a Conservação com o bem estar das populações locais.

É possível, no entanto, que o principal obstáculo para a utilização de Parques para o ecoturismo esteja ligado à questão fundiária e a todas as suas implicações. Como as UCs têm sido estabelecidas por instrumentos legais com base apenas em dados técnicos, e não por consultas às comunidades locais e aos segmentos vinculados, muitas dessas áreas são consideradas “unidades de papel”. A maior parte delas não tem sua situação fundiária regularizada e muitas são ocupadas historicamente por comunidades, tradicionais ou não, que se utilizam da base dos recursos naturais para sua sobrevivência e que, evidentemente, não detêm o direito legal sobre a terra. (IRVING, 2002, p. 61)

²⁰ Organização Mundial do Turismo

²¹ A Ong WWF divulgou em 2000 um relatório sobre a situação dos Parques Nacionais, que dizia que aproximadamente 50% dos Parnas não tinham sido implantados de fato.

Outro empecilho para a implantação do ecoturismo é a governança dos Parques, principalmente no que se refere aos Parques que abrangem outros municípios ou países. Conforme o SNUC, no artigo 26:

Quando existir um conjunto de unidades de Conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de Conservação, de forma a compatibilizar a presença da Biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (SNUC, art. 26)

ROCHA (2002) ao analisar a questão fundiária dos Parques nacionais brasileiros concluiu que: “a questão fundiária não pode ser encarada de forma passiva, pois os problemas ambientais tendem a se avolumar e podem gerar grandes prejuízos de ordem ambiental e econômica.” (ROCHA, 2002, p.713). Desta forma, os órgãos ambientais também são responsáveis, cabendo a eles conduzir o processo da forma mais satisfatória possível.

A partir do exposto, pode-se considerar que a atividade ecoturística depende de vários fatores. Um dos fatores, conforme já foi dito, é a cultura de participação que determinada localidade possui, das experiências coletivas que as comunidades locais passaram. O preconizado é que todas as comunidades envolvidas participem de forma equilibrada na gestão da área protegida, de forma que o poder e as responsabilidades sejam compartilhados por igual.

Um exemplo bastante claro da visão regionalizada para a gestão do ecoturismo em Parques, principalmente os que envolvem várias localidades, é a mudança ocorrida nos programas governamentais de turismo.

O PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi um programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, sob o direcionamento da OMT, que teve como objetivo a:

(...) conscientização, a sensibilização, o estímulo e a capacitação dos monitores municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e Conservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural, e tendo, como resultado, a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável²²

O foco era atingir o nível municipal e a estratégia era a formação de Conselhos Municipais de Turismo e a capacitação da comunidade, através de um modelo padronizado²³ que servia de orientação para as oficinas realizadas. Os Conselhos Municipais passaram a ser o espaço

²² <http://www.pnmt.sc.senac.br/>

²³ EMBRATUR. Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Manual do facilitador. Brasília, 1994

onde os segmentos locais envolvidos com o turismo e seus representantes teoricamente deveriam participar dos Fóruns Estaduais de Turismo e estes no Fórum Nacional de Turismo.

Em 2005, o governo federal lança o Programa de Regionalização do Turismo, que implica em uma visão mais integradora, que tem como base a gestão descentralizada, coordenada e integrada e foco na cooperação interinstitucional e na sinergia das decisões. Assim, o Programa coloca como meta a regionalização:

Regionalizar o turismo é transformar a ação centrada na unidade municipal para uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada. É, também, esforço coordenado entre municípios, estados e países para ações de negociação, consenso, planejamento e organização social²⁴.

A estrutura participativa continua praticamente a mesma, com a inclusão da chamada “instâncias de governança regional”, que funcionam como Fóruns Regionais. O risco que se corre nos processos participativos como um todo é que dependendo da forma como ele é conduzido pode dar mais voz e legitimidade para grupos (no caso de municípios) do que para outros (MOSCOVICI, 1998).

A relação do homem com a Conservação da natureza

A importância da Conservação da Biodiversidade é sustentada por argumentos baseados em visões distintas sobre a relação do homem com a natureza. Estas visões são expressas por diversas linhas de pensamento, que percorrem extremos. De um lado a visão conservacionista, expressa pelo Conservacionismo Preservacionismo, a Ecologia Profunda e a Biologia da Conservação²⁵ (DIEGUES, 2001). Os que compartilham destas idéias colocam o homem como mais um ser dentro da cadeia, como uma criatura que interage com o ambiente conforme suas idiossincrasias, assim como todos os demais seres. Neste sentido, o homem é posto como principal agente modificador dos sistemas naturais. FERNANDEZ (2005) coloca:

É preciso também levar em conta que grande parte das espécies não tem nenhuma utilidade econômica para o homem; portanto, se sua Conservação depender exclusivamente de argumentos utilitaristas, elas estão condenadas. Embora já exista uma considerável preocupação do público com problemas ambientais, é muito menor e envolve muito menos pessoas a preocupação com a Conservação da natureza por ela mesma, pelo

²⁴ <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao>

²⁵ Estas visões têm em comum o enfoque biológico, sendo a Biologia da Conservação a que mais tem abertura pra integrar o homem, embora seu principal enfoque seja o desenvolvimento de métodos manejo de espécies e estabelecimento de áreas protegidas para conservá-las.

direito de todos os seres vivos (e não apenas dos seres humanos) à vida e o seu próprio modo de vida. A visão antropocêntrica, a preocupação apenas com os direitos de nossa espécie, é resultado do sucesso cultural de nossa obstinada recusa em engolir Darwin e perceber as implicações, para a maneira como vemos os outros seres vivos, de nosso parentesco evolutivo com eles. (FERNANDEZ, 2005 p.15).

Este ponto de vista defende que além de haver um controle demográfico, principalmente nos países em desenvolvimento devem-se criar as chamadas “ilhas de Biodiversidade”.

Em 1952, o conservacionista brasileiro, Wanderbilt Duarte de Barros, publicou um livro intitulado "Parques Nacionais do Brasil" onde aponta para a necessidade de se estabelecer em algumas regiões ilhas de preservação *in natura*, por guardarem recursos naturais e paisagísticos necessários para a qualidade de vida para as populações. O autor escreve:

Os métodos de exploração postos em prática pelos homens foram maus em todos os tempos devido ao conceito de inesgotabilidade dos recursos contidos na terra. Há alguns anos, estudos mais profundos demonstraram a importância do solo como elemento vivo, indicando suas íntimas relações entre a flora e a fauna. Necessidades econômicas prementes e mais graves condições sociais acentuaram o aspecto que o desequilíbrio produzido pelo trabalho humano estabeleceu na natureza, ameaçando a segurança dos povos. A evolução do trabalho, levando a todos os setores da produção, com mais amplitude, o sentido da industrialização que cresce à medida que aumentam as populações urbanas e se multiplicam as necessidades vitais da humanidade, atingiu todos os bens naturais, exaurindo-os em muitas de suas maiores fontes de produtividade. Tais fatos fizeram convergir à ação governamental para o problema e, entre as medidas indicadas como indispensáveis para salvaguardar uma parte do que estava ameaçado, foi indicada a formação de Reservas Naturais, de Estações Biológicas, de Monumentos Naturais, de Parques de Refúgio Animal e de Parques Nacionais. (BARROS apud URBAN, 1998, p. 238)

Alguns biólogos da Conservação contemporâneos adotam a perspectiva de Wanderbilt e consideram que as unidades de Conservação para terem eficácia, devem ser criadas em forma de latifúndio, garantindo assim maiores áreas conservadas, gerando uma pressão sobre as atividades degradadoras como a expansão da fronteira agrícola, por exemplo.

Por outro lado, uma visão que vem ganhando força nos últimos anos é a visão sócio-ambiental, que enxerga o homem como um elemento no centro da cadeia. Assim como a visão conservacionista, a visão sócio-ambiental também reconhece que o homem é um agente modificador do meio, mas acima de tudo, possui capacidade para interagir com o meio de forma que mantenha e até otimize os sistemas naturais. LEONARDI (1999) conta a história do rio Jaú, focando na história de ocupação da região do atual Parque Nacional do Jaú²⁶, que foi habitada por várias etnias que tiraram da floresta o seu sustento e alimentaram o mercantilismo mundial com os produtos do extrativismo da floresta amazônica.

O autor coloca que as populações que tradicionalmente interagiam com a Biodiversidade dessa região, estabeleceram relações com a natureza “qualitativamente diferentes”, daquelas

²⁶ O Parque Nacional do Jaú se localiza no Amazonas, a 220 km de Manaus, abrangendo áreas dos municípios de Novo Airão e Barcelos. Tem uma superfície de 2.272.000 ha. (Disponível em http://www.ibama.gov.br/revista/jau/texto_jau.htm, acessado em 08/09/06

que se estabeleceram na segunda metade do século XIX, com o aumento da produção de borracha. A natureza era, meio de subsistência, e suporte para a vida social e religiosa. Não havia a noção de propriedade, como se não houvesse como ter a posse de algo que é você mesmo. Com a intensificação da extração do látex, veio a idéia de exploração da natureza para benefício do homem, ou seja, valores diferentes dos valores tradicionais começaram a ser introduzidos, alterando a forma como estas populações viam e agiam sobre o ambiente (LEONARDI, 1999, p. 87). Assim, a natureza passa a ser vista separadamente, como algo distinto que o homem pode se apropriar.

Este raciocínio parte do pressuposto que há sociedades capazes de manter a integridade dos recursos naturais e que o intercâmbio destas culturas com culturas que valorizam os modos de produção capitalista deve ser feito de forma cautelosa. DIEGUES (2001) apresenta alguns autores como DASMANN (1989), QUEIROZ (1973) e CANDIDO (1964), que estudaram as mudanças sociais ocorridas em sociedades tradicionais que a partir do contato com outras culturas, modificaram a sua forma de se relacionar com os recursos naturais.

No caso do Cerrado e no Tocantins, a forma como o homem vem se relacionando com os recursos naturais vem prejudicando a qualidade dos mesmos. Com a ocupação, ocorrem em decorrência o aumento da densidade populacional e a chegada de pessoas vindas de outros biomas, isto é, pessoas com interesses de se apropriar os recursos de forma exploratória e com experiências de outras regiões, o que aumentou o uso dos recursos de uma forma.

Contrariando todas as diretrizes internacionais para o Desenvolvimento, os governos federal e estaduais incentivam a expansão da fronteira agrícola, cria UCs e estimula a participação comunitária em torno da questão ambiental.

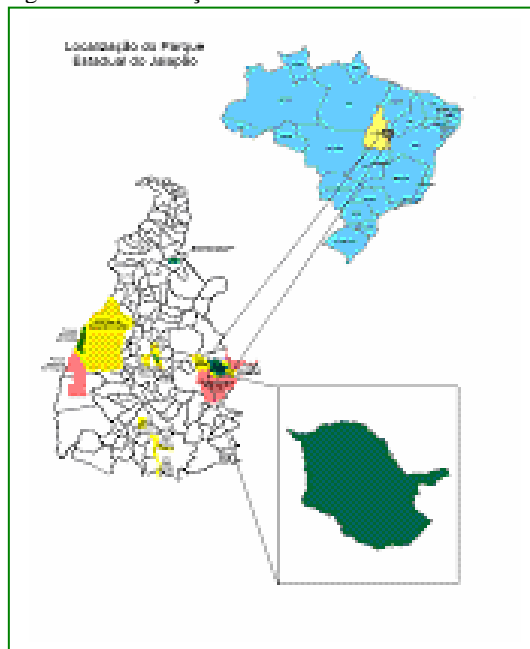
4 METODOLOGIA

Conforme apresentado na introdução, o presente trabalho pretendeu estudar a relação do homem com o meio ambiente com foco na relação da população local com a Conservação do Cerrado a partir da implantação do Parque Estadual do Jalapão. Para tanto, optou-se por utilizar o método dedutivo, partindo de um contexto geral para um bem específico, como a Conservação do Cerrado no Parque Estadual do Jalapão e entorno. O estudo teve a duração de um ano, correspondendo ao período de novembro de 2005 a novembro de 2006, possibilitando a observação do cotidiano da comunidade e do Parque em momentos diferentes.

Caracterização da área e da população estudada

O Parque Estadual do Jalapão se localiza na região do Jalapão, pertencente à bacia hidrográfica do rio Tocantins²⁷, à leste do estado do Tocantins.

Figura 2 -Localização PEJ no Estado do Tocantins



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins

A região do Jalapão forma o maior corredor de Cerrado preservado, compreendendo 10% do bioma, distribuídos em duas unidades de Conservação de uso direto, sendo a APA do

²⁷ Os principais rios da região são os rios Sono, Balsas, Novo, Galhão, Prata, Soninho, Vermelho, Ponte Alta, Come assado, Frito Gordo e Caracol (SEPLAN, 2004)

Jalapão e a APA Federal Serra da Tabatinga, e de quatro unidades de uso indireto (Apêndice 2).

A região envolve os estados do Tocantins, cujos municípios são Rio do Sono, Novo Acordo, Ponte Alta do Bom Jesus, Almas, Porto Alegre do Tocantins, Dianópolis, Rio de Conceição, Lizarda, Novo Jardim, Taguatinga, Ponte Alta do Tocantins, São Félix do Tocantins e Mateiros, sendo que nestes 4 últimos se concentram os principais atributos ambientais da região; no estado do Maranhão, cujo município é Alto Parnaíba; no Piauí, cujos municípios são Barreiras do Piauí, São Gonçalo do Gurguéia e Corrente; e na Bahia com o município de Formosa do Rio Preto e Barreiras. Esta definição corresponde à definição geopolítica adotada para o corredor Jalapão (IBAMA, 2001).

A geomorfologia da região é caracterizada por bacia sedimentar, da formação Urucuia, constituída por sedimentos do Cretáceo Superior (FERREIRA *et al.*, 2002). O testemunho disto são os planaltos e os chapadões de formação arenítica.

O solo é basicamente composto por material arenoso, que lhe confere baixa fertilidade (neossolo quartzarênico predominante). A vegetação característica é o Cerrado, sendo observada em sua extensão suas principais fitofisionomias: campo limpo, campo sujo, Cerrado, Cerrado strictu sensu, floresta ripária, floresta estacional e campo úmido (SEPLAN, 2004).

Nos campos úmidos, há uma grande quantidade de espécies da fauna e flora, inclusive espécies de grande valor econômico para as comunidades, como o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o capim dourado (*Syngonanthus nitens*). Nestas áreas a vegetação é do tipo campo úmido (campo higrófilo de várzea) e matas de galeria (SEPLAN, 2004), conferindo ao solo um grau maior de fertilidade sendo utilizado com a prática da roça de subsistência.

O clima é composto por duas estações, sendo uma seca (de maio a outubro), quando a temperatura varia entre 24°C e 26°C, e outra chuvosa (de novembro a abril), quando a temperatura varia de 28°C a 35°C (SEPLAN, 2004).

Há atualmente 22 comunidades no interior do Parque e 5 no entorno. O quantitativo de pessoas no interior do Parque gira em torno de 500 pessoas, correspondendo a 31% da população de Mateiros.

Esta pesquisa se restringiu ao município de Mateiros, pelo fato de que todas as comunidades residentes no interior do Parque estarem neste local e também pelo fato de que todas estas comunidades serão afetadas com a regularização fundiária do Parque.

A comunidade é organizada em torno de 4 associações, as Associações do Povoado do Mumbuca, Boa Esperança, Fazenda Nova e Prata, além de conselhos comunitários como, por exemplo, Conselho Consultivo do Parque e o Conselho Municipal de turismo. Cabe colocar que a comunidade é representada no Fórum Regional de Turismo, através do seu respectivo conselho.

Seleção do público alvo da pesquisa

Para seleção do público alvo da pesquisa, recorreu-se a metodologia utilizada por QUAN E SOUZA (2002). Esta metodologia é comumente utilizada para categorizar os grupos de interesse. Algumas agências financiadoras como o DFID adotam esta perspectiva, que foi adaptada a fim de atender as necessidades desta pesquisa. Foram identificados os grupos sociais que se relacionam com o Parque e categorizados conforme mostra a tabela 1. Como interessados primários entendem-se os grupos sociais e entidades residentes ou cujas atividades e/ou negócios principais se localizam no Parque e entorno. Os interessados secundários compreendem os intermediários responsáveis pelo apoio e assistência aos grupos diretamente beneficiados e as entidades ou pessoas que realizam pesquisas e/ou trazem benefícios e investimentos para o Parque.

Tabela 1 – Grupos de interesse

Interessados primários
População local Mulheres e homens que dependem dos recursos naturais para sobreviver (pequenos agricultores, extrativistas, artesãos) Moradores
Setor privado Proprietários de atrativos Proprietários de equipamentos turísticos (donos de pousadas, restaurantes, bares) Comércios e serviços gerais não relacionados diretamente ao turismo
Governo municipal executivo e legislativo e conselhos comunitários Prefeitura Municipal de Mateiros Câmara de Vereadores de Mateiros Conselho Municipal de Turismo Conselho Consultivo do PEJ
Naturatins
Interessados secundários
Turistas
Médios e grandes proprietários de terras
Órgãos estaduais e autarquias Seplan, Adtur, Setas, Senac, Sebrae, Seagro, Naturatins
Órgãos Federais MMA, MIT, IBAMA
ONG's e Instituições de Pesquisa Conservação internacional, Pequi, Onça d'água, UFT

Para cada categoria, foi utilizado um determinado tipo de instrumento de coleta e tratamento dos dados, conforme o tipo de informação demandada. Desta forma, para os *interessados primários*, foram utilizadas entrevistas. Procurou-se trabalhar as entrevistas conforme um padrão, com a elaboração de um roteiro geral e da adoção de alguns procedimentos. Os temas do roteiro geral foram: Conservação do Cerrado, uso da terra, relação da comunidade com o PEJ, participação da comunidade no processo de criação do PEJ, no processo de redimensionamento e governança do Parque. Foi realizado um detalhamento de alguns aspectos em algumas entrevistas, conforme o tipo de informação que cada entrevistado poderia fornecer, uma vez que se estava pesquisando pessoas que estão diretamente envolvidas no processo e outras que não foram envolvidas e representantes de instituições, no caso do Naturatins e da CI, tendo, portanto visões distintas.

Para a seleção dos entrevistados foram escolhidas líderes dos grupos estudados. Entende-se líder “a pessoa no grupo à qual foi atribuída, formal ou informalmente, uma posição de responsabilidade para dirigir e coordenar as atividades relacionadas ao grupo” (MOSCOVICI, 2001 p. 126). No caso, foram escolhidas pessoas eleitas pelos grupos para representá-los. Referente ao grupo População local foram entrevistados 8 moradores, sendo 4 homens, chefes de família, cuja renda principal não vem do capim dourado; 4 mulheres, artesãs, cuja renda principal vem do capim dourado. Do Governo municipal executivo e legislativo e conselhos comunitários foram entrevistados a Secretária Municipal de Turismo, o Conselheiro do Parque Adão Ribeiro e o Presidente do Conselho Municipal de Turismo, Adriano Feltrim não tendo sido possível a realização da entrevista com nenhum membro da Câmara de Vereadores.

Também foram feitas entrevistas com a técnica do Parque Angélica Beatriz Correa Gonçalves pelo fato dela ter gerenciado a unidade desde a criação do Parque até dez de 2006 e com o biólogo Cristiano Nogueira, representante da CI no Tocantins, pelo fato da CI ser o principal parceiro externo do Parque.

Quanto aos procedimentos, os entrevistados foram contactados no mínimo um dia antes do dia da entrevista, quando houve uma conversa prévia sobre os pontos que seriam abordados durante a entrevista. A maioria dos entrevistados revelou ter se sentido “seguros” e “à vontade” no momento da entrevista, considerando a retirada do “elemento surpresa” como um aspecto positivo, melhorando a qualidade da informação fornecida. Não foi marcado tempo, ou seja, os entrevistados tinham o tempo que quisessem para falar. O tempo mínimo de entrevistas foi de aproximadamente 15 min e o máximo 03h e 15 min.

Tanto a elaboração dos roteiros de entrevista, como a entrevista em si e os tratamentos dos dados foram feitos conforme o Manual de História Oral (ALBERTI, 2005).

As entrevistas foram transcritas de forma que ficassem registradas algumas marcações importantes para análise subsequente, como por exemplo, as interrupções ao longo da entrevista; as ênfases dadas pelos entrevistados a determinadas palavras ou expressões, que juntamente com registros do diário de campo, contribuem na leitura; o silêncio ou a pausa entre uma fala e outra, bem como as emoções que determinados fatos e eventos evocam.

A história oral conforme o PORTELLI (1996), proporciona o encontro com subjetividade de narrativas nas quais se encontram um rico potencial para explorar as diferenças e o movimento que buscamos na realidade social, no caso a compreensão do movimento gerado pela implantação do Parque.

O setor privado foi analisado com base nos dados coletados pela pesquisa intitulada “Turismo no Parque Estadual do Jalapão: identificação dos usos e proposição de medidas de controle e monitoramento”, que está sendo realizada através da parceria do Núcleo de Estudos Estratégicos em Ambiente e Turismo Sustentável (NEATUS/UFT) com a Fundação Boticário de Proteção da Natureza (FBPN), com duração de fevereiro de 2006 à junho de 2007. Foram privilegiados os resultados preliminares referentes ao receptivo turístico (setor privado local) de Mateiros (SANTOS 2006).

Nesta pesquisa, foram realizadas entrevistas com todos os direta e indiretamente envolvidos com a atividade turística, incluindo todos os proprietários de equipamentos turísticos (hotéis, pousadas, bares, restaurantes, mercados, posto de gasolina e açougue), somando um total de 23 entrevistados. Também foram entrevistados os proprietários de atrativos turísticos que estão dentro da área do PEJ e que sofrem impactos pela visitação turística (Cachoeira do Formiga, Fervedouro, Dunas e Cachoeira do Vicente).

Os *interessados secundários* foram analisados com fins de compreender as forças institucionais que agem sobre o Parque e a região do Jalapão, como ocorre a tomada de decisões, a participação dos segmentos envolvidos e os mecanismos para a participação. A participação em reuniões assim como a análise das atas e estatutos das associações locais, do Conselho Consultivo do Parque e do Fórum Estadual de Turismo foram as formas escolhidas para buscar a compreensão do contexto político no qual o Parque está inserido e como as instituições atuam no sentido da Conservação do Jalapão.

Visitas a campo

As visitas a campo, num total de 12, com uma média de duração de 6 dias no Parque e entorno, permitiram o contato direto com a comunidade, em diversas épocas do ano e em diversas circunstâncias. Esse aspecto foi relevante para a pesquisa porque eventos como, por exemplo, a mobilização da comunidade em torno da colheita do capim dourado, que tem seu ponto alto em setembro pôde ser observada e comparada às representações do mesmo evento em épocas quando o capim não está maduro para a colheita. Os eventos, quando vivenciados, proporcionam uma série de percepções que não vem à tona quando o evento está ausente. Além das entrevistas, foi feito o registro fotográfico e utilizou-se o diário de campo, onde foram registradas as impressões de campo.

O diário de campo foi fundamental, porque o recurso “gravador” inibiu alguns entrevistados, sendo o diário a alternativa para o registro de algumas percepções e falas. Foi observado que em muitos momentos quando o gravador esteve desligado, as pessoas se sentiram mais a vontade, inclusive porque alguns temas abordados são polêmicos, principalmente quando o tema envolve as infrações ambientais.

Pesquisa bibliográfica e documental

A pesquisa bibliográfica e documental além de atender a coleta de dados referentes às bases teóricas do processo de criação e implantação do Parque e às políticas públicas de desenvolvimento para a região do Jalapão e perpassou todo o projeto, servindo de balizador teórico e metodológico da pesquisa. Foi feita através de livros, artigos, teses de pós-graduação e documentos (legislação, acordos internacionais de proteção à Biodiversidade e relatórios de pesquisas já realizadas e atas de reuniões de algumas instâncias da comunidade), localizados nos bancos de dados dos órgãos ambientais, nas bibliotecas das universidades de Palmas, em sítios da internet afins à temática e no arquivo da administração do Parque. As referências dos materiais pesquisados se encontram na bibliografia.

Quanto aos documentos específicos, vale ressaltar, que foram pesquisados o Plano de Manejo do Parque (SEPLAN, 2004), o Plano Diretor de Mateiros (SEPLAN, 2004), o Plano Plurianual do Estado do Tocantins 2004-2007 (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS,

com foco nos programas que envolvem direta ou indiretamente a região do Jalapão nas áreas de turismo, Conservação dos recursos, ação social), o Plano de Desenvolvimento Sustentável para o entorno do Parque Estadual do Jalapão (SEPLAN, 2002), o Relatório da Expedição Científica e Conservacionista (ARRUDA & BEHR, 2002). Foram também pesquisados documentos referentes aos decretos de criação do Parque e da APA do Jalapão, referentes à governança do Parque.

A análise dos dados será feita através da correlação das informações existentes. Irá se constituir, em última instância, no cumprimento do objetivo que analisar a relação dos grupos de interesse no Jalapão com a Conservação.

5 RESULTADOS

Breve histórico da ocupação do Jalapão

“O Jalapão é a última fronteira do sertão a ser conquistada pelo padrão desenvolvimentista brasileiro, seja sob a tutela da atividade agrícola, turística ou ambiental”

Rodrigo Faleiro

O Jalapão, região localizada a leste do estado do Tocantins, fazendo divisa com os estados da Bahia, Piauí e Maranhão, reconhecida pelas suas características áridas concomitante a uma gama de rios, nascentes com águas cristalinas, teve seu nome devido a uma planta chamada jalapa-do-brasil (*Operculina macrocarpa*), tradicionalmente utilizada para curar afecções gastrointestinais. Esta espécie, na região do Jalapão apresentava o tubérculo muito maior do que em outras regiões, daí o aumentativo do nome (TRINDADE E NORONHA, 2001 apud FALEIRO, 2002).

A geomorfologia da região, juntamente com a presença abundante de água, provoca um imaginário do local como um deserto árido e sem vida de um lado e de outro, águas cristalinas que garantem áreas úmidas com alta fertilidade e habitat adequado para espécies de fauna e flora, como por exemplo, o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o capim dourado (*Syngonanthus nitens*), que têm um importante valor econômico.

Alguns pesquisadores apontam para a existência de índios acroás, tendo essa presença motivado a chegada de bandeiras rumo ao Jalapão no século XVII (MELLATI, 1986 apud FALEIRO, 2002). A chegada das bandeiras, da escravização e das doenças, reforçadas normalmente com as missões jesuíticas provavelmente foram as causas do desaparecimento dos grupos indígenas da região.

Conforme PATERNOSTRO (1945), “a população residente próxima ao Jalapão, descendia das bandeiras que passaram na região, ora dedicando-se ao garimpo, ora à criação e, também ao transporte de gado do rio São Francisco” (PATERNOSTRO, 1945 apud FALEIRO, 2002). Desta forma, as pessoas que se dedicavam à criação foram fixando moradia, ocupando assim o território. A vida nômade foi condicionada pela atividade econômica.

No local onde hoje está situado o município de Mateiros, as vilas mais próximas e mais “utilizadas” eram Porto Nacional, Dianópolis (bastante desenvolvida devido à atividade de mineração) e Formosa do Rio Preto, na Bahia. Relatos dos moradores locais dizem que o

trajeto para se chegar a Dianópolis era feito a cavalo ou a pé, em uma média de 7 dias, havendo a necessidade de fazer balsas de buriti para atravessar os rios nas épocas de chuva.

As particularidades do ecossistema conferem ao local um baixo potencial para o desenvolvimento de atividades como a agricultura e a pecuária, e também provocam dificuldade de acesso, que foi provavelmente, de acordo com os autores citados, o principal entrave para que a região do Jalapão fosse ocupada. Uma das coisas que caracteriza a região é a baixa densidade populacional: menos de 1 hab/Km² (SEPLAN, 2004). O que vale dizer que talvez nunca houve competição pelos recursos naturais e que, pela distância com grandes centros, a população desenvolveu uma intensa relação com a terra, a fauna, a flora e a água.

A presença humana no Jalapão foi assim descrita:

A presença humana no Jalapão pode ser dividida em três períodos distintos: antigo, recente e atual. No primeiro, a região era ocupada por grupos pré-históricos e mais tarde, indígenas, dos quais constam apenas vestígios arqueológicos e relatos históricos. No segundo, chegam frentes pecuaristas e os imigrantes que buscavam oportunidades nas atividades de comércio, transporte, caça e extrativismo, dentre eles estão as famílias negras que formaram o município de Mateiros. E finalmente, o último, quando ocorre a instalação de infra-estruturas da capital e do Estado, por meio de grandes projetos, da emancipação da cidade de Mateiros e também da chegada de outros atores sociais, como a mão-de-obra qualificada, os turistas, empresários e ambientalistas. (FALEIRO, 2002, p. 64).

A região começou a se desenvolver, principalmente onde hoje é a cidade de Mateiros, por conta do incentivo governamental para a produção da soja em 1979, na Bahia, na região distante hoje 50 Km de Mateiros (FALEIRO, 2001) e pela emancipação dos municípios Ponte Alta do Tocantins em 1960, antigo distrito de Porto Nacional e Mateiros em 1993, que antes pertencia a Ponte Alta do Tocantins.

Com a emancipação política destas localidades, começa a surgir uma preocupação comum entre os cidadãos, de estabelecer regras para o uso do território, limites, definição de competências entre os grupos sociais, que se reflete na construção do poder público, tanto em termos de relações interpessoais e interinstitucionais quanto em termos do concreto, da infraestrutura básica, da prestação de serviços à população local. Com isso começa a surgir também a noção de propriedade. Foi preciso estabelecer limites, regras, estabelecer acordos e pagar impostos. E, veio também melhoria na infraestrutura da cidade, traduzido na abertura e manutenção das estradas (que ainda se constituem em um entrave para a comunidade, embora tenham sido feitas algumas benfeitorias como a construção de pontes e cascalhamento), acesso a energia elétrica, educação, saúde, produtos e bens de consumo, que acaba interferindo na alimentação e em uma relação menos próxima com a natureza e mais voltada para o consumo.

O cenário demonstra que no Jalapão, o tradicional convive com o novo e tem que se adequar a ele. Isto parece se encaixar na discussão feita por Bauman (1999), quando o autor coloca em pauta a forma como o global chega até o local, ou seja, como as sociedades que “*vivem aquém do instante*” convivem com todas as exigências demandadas pela manutenção da qualidade de vida no planeta, onde a natureza é problematizada, onde seus hábitos e costumes ficam vulneráveis, condicionados a normas e determinações que elas pouco conhecem e tampouco demandaram.

A criação do Parque Estadual do Jalapão

O Parque foi criado pela Lei nº 1.203 de 12 de janeiro de 2001 e seus limites estabelecidos com base nos limites geográficos naturais, não tendo sido feito um estudo de campo prévio. Para o estabelecimento dos limites, não foram levados em consideração à presença de povoados no interior do Parque, tampouco a criação do Parque envolveu estas pessoas na implantação da Unidade. Como nos conta a gerente do PEJ, Angélica Beatriz Correa Gonçalves:

(...) quando em 2001 o Parque foi criado, o processo todo foi tocado por um técnico da SEPLAN²⁸ que desenhou os limites do Parque, tendo o mesmo sido criado às pressas em janeiro de 2001. Em maio do mesmo ano, a comunidade estava mobilizada questionando a criação. E aí a SEPLAN foi pega de surpresa, eu me lembro muito bem, quando eles voltaram destas viagens e falaram para gente que eles levaram uma *taca* da comunidade. Lógico que eles iam levar uma *taca*, porque o Parque foi criado em cima do mapa, não houve uma vinda a campo para fazer uma análise mais minuciosa. Sabia-se que tinha atrativos naquela área, e na verdade escolheram limites muito interessantes que são os limites naturais²⁹ (Entrevista dia 24/04/2006, Beatriz).

O fato é que 31% da população do município se encontrava inserida dentro do Parque e a forma como ele foi implantado gerou alguns movimentos das comunidades envolvidas, como por exemplo, a proposta apresentada pela Associação do Povoado de Mumbuca reivindicando oficialmente o redimensionamento do Parque e sugerindo um novo mapa, onde as comunidades e os atrativos do Parque ficariam fora dos limites.³⁰ O redimensionamento de unidades de Conservação é tratado no SNUC da seguinte forma: as revisões de limites devem

²⁸ Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins

²⁹ Entrevista dia 24/04/2006, Beatriz, gerente do PEJ no período de 2003 a 2006

³⁰ Plano de Desenvolvimento Sustentável.

ser “precedidas de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade”³¹ (artigo 22 § 2º).

Na época de criação do Parque diversas instituições estavam trabalhando com a comunidade local, principalmente com o Povoado da Mumbuca, porque foi a partir desta comunidade que o artesanato com o capim dourado começou a ser desenvolvido. Além disto, algumas ações do projeto PROBIO, que vinha a ser praticamente a única fonte de informações sobre a Conservação dos recursos naturais e da possibilidade daquela região ser transformada em Parque. Não havia um entendimento (e ainda não há) do porque da existência do Parque e quais são os seus reais objetivos por parte da grande maioria das instituições que atuam na área.

A partir do trabalho de sensibilização e mobilização da comunidade por parte da equipe técnica deste projeto, a comunidade se organizou e elaborou uma proposta para o redimensionamento do Parque. O processo passou a ser analisado pelo Naturatins e no dia 08 de março de 2005, houve uma reunião no povoado do Mumbuca com o objetivo de discutir as propostas de redimensionamento, onde estiveram presentes, além de representantes das comunidades envolvidas, os técnicos e fiscais do Parque. Segundo a Ata da reunião:

(...) prosseguiu mostrando o mapa com os limites originais do ato de criação do Parque, apontando os povoados e atrativos turísticos, e explicou o porquê da criação do Parque. Depois foi mostrado outro mapa, com limites sugeridos pela comunidade, o que não interessou ao governo por deixar os atrativos turísticos fora dos limites da unidade e prosseguiu com o terceiro mapa, cujos limites deixavam as comunidades, que antes estavam dentro, para fora dos limites do Parque³².

Ainda com os novos limites propostos, o povoado de Mumbuca continuava dentro do Parque, e a alternativa foi propor a transformação da área em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), uma vez que a principal atividade econômica do povoado é o artesanato a partir da extração do capim dourado.

A notícia da criação do Parque foi bastante forte para a comunidade. Mateiros hoje convive com o intercâmbio cultural promovido pelo turismo e pelo contato com as diversas entidades que atuam na região. Mas na época de criação, o turismo ainda acontecia de forma tímida pelos motivos aqui já expostos. O isolamento das comunidades (principalmente as rurais) era muito grande e havia muita falta de informação. Moradores que estão na região há mais de 50 anos, começaram a gerar expectativas com relação ao futuro das suas propriedades e o Parque surgiu como uma imagem ilusória de algo que veio para tirar a terra.

³¹ Ver anexo 1 – mapa das comunidades e limites do Parque

³² NATURATINS. Ata da reunião de discussão sobre a proposta de revisão dos limites do Parque Estadual do Jalapão. Mateiros, 2006

Após a sua instalação, o Parque, sob a responsabilidade do Naturatins, contou com ações esporádicas de fiscalização e controle. No ano de 2002, uma equipe foi legalmente designada para assumir o PEJ, sendo uma bióloga e um engenheiro ambiental. As atividades no Parque somente tiveram início em 2003³³.

O foco principal desta primeira gestão do Parque foi a divulgação dos objetivos do Parque junto às comunidades dos municípios de Mateiros e São Félix. Ainda segundo a gerente do Parque:

A informação chega muito tarde, ela chega depois que várias etapas já foram vencidas, e a gente acaba perdendo tempo neste processo porque a gente tem que fazer um trabalho que outras instâncias do governo já deveriam ter feito, entre governos, entre governo do estado e governo municipal (Entrevista dia 24/04/2006, Beatriz).

Desta forma, no início da gestão do Parque as ações se concentraram no conhecimento, tanto das comunidades que estavam inseridas no seu interior, como do entorno, e das informações geográficas dos atrativos do Parque. Através dos relatórios das oficinas com as comunidades, pode-se observar que com relação à conservação dos recursos naturais, a comunidade revelava uma preocupação com as erosões das estradas e dos córregos, que provocam o assoreamento dos corpos d'água, aliada a uma falta de informação sobre a legislação ambiental e um incômodo com o lixo, que era comido pelo gado. Pelas entrevistas realizadas para esta pesquisa, o cenário não sofreu muitas alterações, e estas preocupações continuam sendo apontadas como principais problemas. Acrescente-se, hoje em dia, o impacto gerado pela visitação desordenada, que já começa a ser percebido pela comunidade como algo negativo, conforme citado anteriormente.

Quanto às informações referentes à legislação ambiental, os entrevistados, com a exceção dos donos dos atrativos Cachoeira do Formiga e Fervedouro, demonstraram um bom conhecimento sobre a legislação ambiental em decorrência das ações educativas realizadas pelo Parque. Entretanto, a maioria das pessoas burla a legislação, aproveitando a baixa fiscalização. Uma expressão muito comum, ouvida em conversas informais com a comunidade é, “*é só esperar o carro de o Naturatins ir pra Palmas pra colocar fogo*”. Este talvez seja um fator importante a ser considerado ao se analisar a eficiência da unidade no que se refere à Conservação, uma vez que a não aplicação da legislação³⁴ confere um descrédito dela. Praticamente, as ações de proteção têm se restringido (por todos os fatores aqui

³³ Informações extraídas do Relatório de andamento das atividades do PEJ do 1º semestre de 2003, tendo sido fornecidas pela gerência da unidade.

³⁴ O Jalapão não conta com fiscais e sim com agentes de fiscalização, que só tem a atribuição de informar e orientar apenas, não podendo atuar.

apresentados) a estratégias de educação, tanto no que tange à sensibilização e conscientização ambiental, quanto à parte técnica.

A gestão do Parque enfrentou várias dificuldades e, dentre elas, a de assumir vários papéis: de representante do governo, com o papel de fiscalizar e aplicar punições para aqueles que desrespeitam as Leis, e de educador, sem contar com equipe técnica e quantitativo de pessoal adequado para cobrir todos os 158 mil hectares e as 27 comunidades do interior e do entorno da área do Parque, além de atender as necessidades de extensão rural.

Uma questão a ser analisada é a postura da gestão do Parque frente a esta dificuldade gerada pela não inserção das pessoas desde o início do processo de sua criação. A gestão poderia ter adotado a postura de assumir a retirada daqueles povoados do interior do Parque indenizando os proprietários, o que acarretaria uma série de efeitos negativos. No entanto, a postura adotada foi de procurar inserir estas pessoas e criar estratégias para que elas não precisassem ser retiradas, minimizando assim estes efeitos. Isto se deve, em grande parte, a equipe técnica, que percebeu a importância daquele território para aquelas pessoas e para a manutenção dos vínculos culturais gerados pela relação com a terra. Esta articulação foi importante porque estreitou a relação e o canal de comunicação entre o Parque e a comunidade. Entretanto, não houve ainda uma ação concreta no sentido de resolver o problema. A situação permanece no ar e a comunidade com expectativas.

Isso faz refletir sobre as controvérsias a respeito do modelo de unidades de Conservação no Brasil, que alguns autores colocam como sendo excludente, uma vez que não permite a inclusão das pessoas, como DIEGUES (2001), IRVING (2002), LEONARD (1999), entre outros, enquanto outros defendem que as unidades de Conservação devem respeitar os atributos ambientais e que para terem mais eficácia devem ser criadas em grandes áreas (FERNANDEZ, 2005; BARROS apud URBAN, 1998). O ponto de vista defendido neste trabalho é que o SNUC é um sistema que veio compatibilizar as duas correntes de pensamento, uma vez que abre espaço tanto para a proteção como para o uso sustentável, estabelecendo tipos de UCs distintas. Isto favoreceu o movimento de redimensionamento do Parque. Neste sentido, o “desvio” não estaria na Lei, e sim no sistema, na interpretação da lei, pois no momento de criação destas unidades não há um estudo aprofundado sobre as populações humanas ali existentes, sobre a relação das pessoas com aquele território, não havendo, portanto, abertura para a possibilidade de se estabelecer outros tipos de categorias de UCs condizentes com as realidades encontradas. Os Parques do Lajeado e do Cantão, por exemplo, sofreram processo de redimensionamento, mas por que atingiam diretamente

médios e grandes proprietários rurais. No caso do PEJ, foi um movimento que partiu da comunidade.

Para complementar a análise, cabe algumas considerações sobre a situação fundiária do Parque. O único atrativo turístico pertencente ao Estado é a Cachoeira da Velha. Conforme o SNUC, a unidade uma vez criada, tem cinco anos para realizar a desapropriação. O descumprimento desta Lei implica na extinção da unidade. No caso em questão este prazo encerrou no ano de 2006. E até o momento o governo não se posicionou com relação à desapropriação das áreas.

Esta situação vem sendo um empecilho para a Conservação do Parque, principalmente dos atrativos turísticos no seu interior e no entorno, o que de certa forma explica os problemas que vem ocorrendo e que já foram aqui citados, como o uso turístico desordenado, as queimadas não controladas, o desmatamento, a extração ilegal do capim dourado e a soja no entorno. Tudo isso devido à falta de domínio da área, que impede que o ordenamento do uso seja feito. Isso não quer dizer que só a desapropriação da área seja suficiente para que o problema se resolva, mas ela se configura em um passo fundamental para que o Parque passe a ter voz, respaldado por instrumentos legais, que permitam uma ação mais eficaz, principalmente no que se refere ao setor de proteção da unidade.

Os grupos de interesse e a Conservação do Parque

Após uma análise inicial da área de estudo, com base nas observações do cotidiano das pessoas da comunidade, foi possível identificar os grupos sociais que vivem e participam da transformação do Jalapão de forma direta ou indireta. Entre estes grupos, há diversos olhares e idéias sobre a Conservação da Biodiversidade que se estruturam em diferentes concepções sobre o mundo natural e geram diferentes expectativas sobre o Parque e sobre a região como um todo.

Os grupos de interesse envolvidos com o Parque foram categorizados (conforme descrito na metodologia) e será analisada a relação entre estes e a Conservação do Parque, a partir do olhar sobre as atividades desenvolvidas por estes grupos (pressões que estes grupos exercem no Parque).

As técnicas tradicionais de manejo e a Conservação

As pessoas que ocupam a zona rural do Jalapão vieram de diversos lugares, principalmente da Bahia e Piauí. Pela história de ocupação e pelas características físicas do Jalapão, pode-se refletir que há fatores que podem ter tendenciado o contato mais próximo das pessoas com os recursos naturais, como por exemplo o distanciamento da zona urbana e a dificuldade de acesso. As principais atividades desenvolvidas são a agricultura e pecuária de subsistência, o extrativismo, o artesanato com o capim dourado e o turismo.

A agricultura é praticamente de subsistência, com o cultivo de mandioca, arroz e feijão, uma vez que gera algum lucro com a venda de pequenos excedentes. A principal dieta alimentar das pessoas inclui a carne (de caça e de gado), a mandioca, arroz e muito poucos legumes e verduras, além do pequi (*Caryocar brasiliense*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), mangaba (*Hancornia speciosa*), pitomba (*Eugenia luschnathiana*), entre outras espécies da flora do Cerrado. A isto também se somam as espécies utilizadas como remédios e as de importância para o cotidiano e para a economia das famílias.

A principal forma de manejo utilizada para esta atividade é a roça de toco, em que, sem a ajuda de trator ou animais, as árvores são cortadas aproximadamente entre 70 cm a 1 metro do chão, ficando assim o toco da árvore de pé. Este processo ocorre em etapas, onde primeiro se escolhe o local onde será feito a roça (normalmente em áreas próxima aos cursos d'água, ou seja, próximo ou nas próprias matas ciliares). O uso é “justificado” pela carência deste recurso em outras áreas distantes, o que significa que estas áreas são frequentemente utilizadas. Em seguida é feita a demarcação e preparo do local, com a retirada de vegetação. A terra fica “repousando” em média 30 dias, para a secagem do material, quando ocorre a primeira queima. Em seguida a segunda, quando são queimados os galhos mais grossos e algumas árvores que não queimaram direito na primeira. Na próxima etapa do processo, ocorre o início do plantio das sementes. Após o plantio, faz-se a limpeza constante da área.

Este é o processo que normalmente a população adota quando vai se fazer uma roça de toco. O que está em questão, em primeiro lugar, é o uso das matas ciliares e segundo, como as pessoas manejam o fogo, uma vez que a região do Jalapão é totalmente propícia para a proliferação de focos de calor, tanto pela vegetação como pelo solo. As matas ciliares, conforme a legislação são consideradas áreas de preservação permanente e o seu uso está sujeito a penalidades (BRASIL, 1965). No entanto, a fragilidade do órgão ambiental, sem condições de fiscalizar as áreas do interior do Parque e do entorno, permite que isto ocorra,

além de não haver nenhum movimento real por parte do poder público no sentido de oferecer assistência técnica rural bem como alternativas para que estas pessoas possam utilizar outras áreas que não estejam próximas dos corpos d'água com sucesso de produção.

O fogo, além de servir para a agricultura, também serve para o manejo do capim dourado, para a caça de emas (*Rhea americana*) e veados (*Cervus elaphus*), entre outros animais, e para pecuária, onde áreas de pastagem natural (incluindo as formas mais abertas, como o campo limpo e o campo sujo) são utilizadas. No período seco, que inicia em maio e termina em outubro, a baixo valor nutritivo das pastagens e outras plantas, faz com que o gado perca peso e reduza a produção de leite, e o fogo proporciona à vegetação rebrote, servindo assim para a alimentação do gado (refrigério). A pecuária extensiva ocorre porque “*não há cercas*”, diz o Sr. Tomé³⁵ (entrevista dia 24/04/2006, Sr. Tomé), e porque a comunidade não tem condições técnicas e financeiras para manter o gado confinado. O fogo é tido como absolutamente normal e saudável para a fertilidade do solo, não precisando estar restrito a uma determinada área por não ser considerado prejudicial.

A técnica da queimada controlada é uma alternativa que minimiza a proliferação do fogo. Os estudos apontam que o fogo atinge de forma diferente os diversos estratos arbóreos do Cerrado, privilegiando as espécies rasteiras. E o Jalapão, pelas características biofísicas consiste em uma área potencial para que o fogo prolifere, atingindo assim toda vegetação. A maioria dos entrevistados alegou que não precisa aprender a controlar o fogo porque eles já sabem, e que o órgão ambiental (Naturatins) não valoriza o saber tradicional, adotando uma postura de imposição³⁶. Isso consiste em argumento suficiente para que as pessoas nem escutem o que está sendo dito.

O Naturatins só vem aqui pra cobrar, pra dizer que a gente tá fazendo errado, mas a gente já faz isso há muito tempo, o pai da gente fazia assim, não pode tá errado. Eles têm boa intenção, mas não respeitam muito o jeito nosso de mexer com a terra³⁷ (Entrevista dia 22/04/2006, Tonha)

³⁵ Entrevista dia 24/04/2006, Sr. Tomé, morador de Mateiros há mais de 60 anos, tem sua origem na Bahia. Hoje vive na zona urbana de Mateiros, e se considera um dos maiores caçadores que já teve na região.

³⁶ Este sentimento de algo externo sendo imposto ocorre com o manejo do fogo assim como todas as práticas tradicionalmente desenvolvidas, uma vez que colidem com o que é preconizado pelo órgão ambiental, como a pecuária extensiva e com o uso indevido das matas ciliares para as roças de toco, que apesar da legislação ambiental, ainda são utilizadas. A imposição neste caso se revela através da resistência da comunidade quanto à adoção destas “novas” práticas, tendo isto sido observado tanto nas entrevistas como na observação do cotidiano da comunidade. Também se observa que esta resistência está atrelada a falta de informação e de recursos. No caso da pecuária, tem-se, além do aspecto cultural, a questão da falta de recursos para colocar cercas. Somado a isto, Mateiros não possui nenhuma instituição relacionada à extensão rural.

³⁷ Entrevista dia 22/04/2006, Tonha, moradora da comunidade do Mumbuca, “nascida e criada” lá. É dona da pousada existente no Povoado.

Quando observada a prática destas pessoas, nota-se que eles consideram como queima controlada, toda a queima que utiliza o curso d'água como aceiro natural. “*Diz que se o fogo não passa pra lá do rio, é controlada*”³⁸ (Entrevista dia 29/11/06, Sr. Adão).

A consequência desta prática, conforme dados do Parque (GONÇALVES^a), é que no ano de 2003 o incêndio atingiu aproximadamente 60% da área total do Parque. Em 2004 tiveram ocorrências isoladas de queimadas tanto na área do Parque como no entorno, isso provavelmente ao fato de que as partes queimadas em 2003 que ainda estavam sob pousio³⁹, tendo sido novamente queimadas em 2005, onde inclusive foram registrados diversas ocorrências de queimadas em campos de capim dourado. Em 2006, um incêndio na Serra do Espírito Santo atingiu aproximadamente 12.000 ha e foi registrado o incêndio em 47.000 ha. (~30% da área total do Parque) em um período de dez dias.

As queimadas em campos de capim dourado estão presentes no imaginário da população local como sendo benéfica para a reprodução da planta, sendo, portanto comuns. A pesquisa de SCHMIDT (2005) vem contribuindo para a Conservação e para o manejo do capim dourado. Os resultados mostram que o fogo interfere na floração da espécie, mas ainda não há indícios suficientes para se afirmar qual é o período ideal para que a queima seja vantajosa. A relação da comunidade com esta pesquisa e com o manejo do capim será retomada posteriormente.

Agora a gente tá conhecendo o capim, pra poder continuar tendo ele por muito tempo. É bom também porque a gente tem informação pra passar pro turista⁴⁰. (entrevista dia 22/04/2006, Doutora)

Outra atividade desenvolvida na região é a caça, que vem diminuindo, mas ainda existe. Isto se confirma devido às denúncias anônimas que o Naturatins recebe, mas não há nenhum estudo específico que forneça o número de caçadores. Um dos motivos que levam a caça é o fato da carne ser principal fonte de proteína da população, sendo a de caça a tradicionalmente apreciada. Há também o comércio ilegal de animais. Os moradores dizem que a quantidade de animais diminuiu muito, e conseqüentemente a pressão da caça diminuiu em função disto e não pelo fato do Parque ter sido implantado.

Hoje, além de não podê, nem vale mais a pena sair pra caçar. Antes tinha era muito, veado, tatu, capivara. Agora você anda aí ó, e não vê mais nada (...) e não é por causa do Naturatins não, porque eles não dão conta

³⁸ Entrevista dia 29/11/06, Sr. Adão, representante da Comunidade Boa Esperança no Conselho Consultivo do PEJ.

³⁹ O pousio é o período que possibilita a capacidade reprodutiva natural da vegetação.

⁴⁰ Entrevista dia 22/04/2006, Doutora, liderança atuante do Povoado do Mumbuca reconhecida pela própria comunidade.

de fiscalizar tudo. Tem muito lugar que o povo caça e que eles não vão lá (Entrevista dia 24/04/2006, Sr. Tomé).

Um hábito das pessoas é a criação de animais silvestres como animais domésticos, principalmente aves. Conforme informações do Parque, é muito comum denúncias informais contra este crime, e há uma ocorrência considerável.

O extrativismo também é uma atividade bastante importante para a sobrevivência da população local. Observa-se que o extrativismo ocorre para fins alimentares, medicamentosos e econômicos, no caso do capim. Algumas espécies se destacam como o buriti (*Mauritia flexuosa*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), entre outras, sendo o capim dourado (*Syngonanthus nitens*) a espécie mais coletada e que, por isso, vem sofrendo pressão pela redução de seus estoques naturais.

O capim dourado, o cotidiano e a Conservação

Um ponto que foi observado no cotidiano local é a cooperação que existe entre as famílias. Os problemas que já foram descritos como a falta de acesso e de assistência, além do fato da origem das famílias e a forma como elas chegaram ser muito semelhante, fez com que fosse criado uma cultura de ajuda mútua.

As mulheres têm uma participação muito importante neste contexto. À elas são atribuídas as tarefas domiciliares como a educação dos filhos, do lar, além de contribuir na roça. Aos homens cabe a lida com o gado e com a roça, sendo a eles atribuído o papel de chefe da família. Entretanto, este cenário vem sendo modificado em decorrência da atividade do artesanato com o capim dourado, desenvolvido *a priori*, por mulheres da comunidade. Para compreender melhor este processo, propõe-se descrever o que representa o recurso capim dourado para as pessoas.

O capim dourado (*Syngonanthus nitens*) é uma espécie de sempre viva (*Eriocaulaceae*), endêmica das áreas de campos úmidos adjacentes às veredas da região do Jalapão, que tem sido coletada de forma não sustentável, tanto pela população local como por outras comunidades.

O artesanato confeccionado a partir do capim dourado, que tem uma ocorrência bastante específica na região do Jalapão começou a ser difundido como uma alternativa de sobrevivência das comunidades locais.

A divulgação do artesanato acabou por despertar o interesse do governo do Tocantins, que em 1992, por meio da Secretaria de Cultura do Estado resolveu promover cursos para melhorar a qualidade dos artigos e ampliar sua diversidade (FALEIRO, 2002).

O interesse despertado pelo capim dourado passou a ser um referencial da região. O que antes era considerado apenas um capim com o qual se podia produzir alguns utensílios domésticos passou a ser o “ouro”, que só podia ser encontrado lá. Observa-se a partir dos depoimentos, que esse fato por si só já eleva a auto-estima da comunidade, a impressão forte que se tem é que o capim é um dos elos destas comunidades, até então isoladas, com outros mundos.

(...) o capim foi muito bom pra nós. Por causa dele, todo mundo conhece o Jalapão. É bom olhar na TV e vê o nosso produto lá⁴¹. (entrevista dia 25/04/2006, D. Jovenice).

Com o incentivo governamental, as artesãs começaram a trabalhar melhor o produto, a fim de que estivessem adequados a atender as demandas de exportação, e como conseqüência ocorreu maior valorização do mesmo. Paralelo a isso também o incentivo a formação de associações, em sua maioria formada por mulheres, por ser uma atividade predominantemente feminina. Hoje, a distribuição de tarefas na manufatura do capim já conta com homens (adultos e jovens) para a colheita e confecção de algumas peças, ainda de forma tímida.

Ocorre então, uma inversão de papéis. A mulher passa de uma condição de “cuidadora” da família, para a de provedora, uma vez que vem das suas mãos a maior fonte de recursos. Embora as mulheres tenham assumido outro papel na família, esse é um processo que tem implicações diretas nas relações. Conforme depoimento das entrevistadas, houve em um primeiro momento certa rejeição por parte dos homens, inclusive com alguns casos de violência contra a mulher, que dedicava maior parte do seu tempo para aprender e aperfeiçoar o artesanato e não estava mais “tão” disponível para o lar. Gradativamente, esta visão vem sendo modificada, mas ainda assim “socialmente”, o papel de provedor ainda é do homem.

Ele é que é o chefe, porque é o homem, mas quem é chefe mesmo de botar as coisas na casa somos nós. Só levam o nome⁴². (entrevista dia 24/04/2006, D. Hortalina)

O aumento da demanda pelo recurso capim dourado extrapola as comunidades do Jalapão. Outras comunidades vêm coletar o capim, muitas vezes fora do prazo. O capim, para ser coletado e para produzir uma boa peça⁴³ necessita de um tempo certo para colheita, que ocorre

⁴¹ Entrevista dia 25/04/2006, D. Jovenice, liderança da Associação de Artesãs de Mateiros

⁴² Entrevista dia 24/04/2006, D. Hortalina, artesã.

⁴³ Uma peça é considerada ‘boa’ pelo acabamento e pela durabilidade.

entre os meses de setembro a outubro. É importante colocar que apesar da comunidade lidar com o capim e dominar a técnica de costura, o manejo do capim só passou a ser “pensado” pela comunidade a partir do momento em que houve uma maior demanda. Até então, não era preciso pensar em manejar o capim, pois ele era colhido em quantidade muito pequena. Foi a partir do aumento da demanda e a conseqüente ameaça da possibilidade de diminuição dos estoques naturais, aliado ao desenvolvimento de pesquisas e o envolvimento das comunidades nestas pesquisas, que a discussão acerca do capim como recurso esgotável veio aparecer.

Se a comunidade não se unir, acaba o capim. Acabando o capim, acaba o dinheiro. (Entrevista dia 25/04/2006, D. Jovenice)

Em 2005, as associações de artesãos do capim dourado propuseram ao Naturatins implantar alguma normatização para a colheita do capim. Desta forma, foi implantada a portaria nº 005, que visa regulamentar a coleta, de forma que garanta a sustentabilidade do capim e conseqüentemente do artesanato da região (SANTOS, 2006). O mecanismo de controle foi a distribuição de uma carteirinha, que funciona como documento de autorização da coleta, cuja data para a coleta legal passou a ser a partir do dia 20 de setembro. Isto gerou um grande conflito, porque o Naturatins não tem condições de fiscalizar toda a área do entorno do Parque, favorecendo a ilegalidade daqueles que coletam fora do prazo. Ocorreram muitos casos de pessoas da comunidade que aguardaram o prazo e quando foram coletar perceberam que grande parte já tinha sido coletada.

O artesanato do capim hoje vem a ser a principal atividade econômica das comunidades que vivem tanto no interior do Parque como no entorno. A visão desta atividade como potencial para a melhoria da qualidade de vida da população foi alimentada por diversas instituições que trabalham no sentido de capacitar as comunidades, principalmente em relação ao associativismo e ao aperfeiçoamento das peças.

Atualmente são 4 instituições (governamentais e autarquias) que incentivam a produção do artesanato do capim dourado na região, a Agência de Desenvolvimento Turístico (ADTUR), a Fundação Cultural do Estado do Tocantins, o Serviço Nacional de Aprendizagem para o Comércio (SENAC) e o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Interessante, que todos os projetos possuem em seu escopo a promoção do Desenvolvimento Sustentável, onde a geração de renda através da comercialização dos produtos confeccionados a partir da exploração sustentável dos recursos naturais é, na teoria, o principal pilar de sustentação. Ocorre que, na prática, as ações destes projetos se resumem às capacitações, que têm como foco o desenvolvimento e aperfeiçoamento do artesanato, com

temas sobre design, comercialização de produtos, controle de vendas, enfim, o tema Conservação não é a tônica central. Na realidade, estas instituições se limitam a atuar estritamente em um foco, não praticando a equidade entre o ambiental, o econômico e o social, preconizado pelo Desenvolvimento Sustentável. Algumas tentativas de se evitar a sobreposição de ações foram frustradas, e dessa forma, cada instituição cumpre o seu planejamento, mesmo que a ação já esteja sendo desempenhada por outra.

Um contraponto a esta situação é o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de influência do Parque, que vem contribuindo para que a comunidade tenha contato com outras visões sobre os recursos naturais. Um exemplo disso, uma pesquisa intitulada “Conservação e Manejo de capim dourado no Jalapão”, realizada pela Ong Pequi, em parceria com a Diretoria de Florestas do IBAMA e com apoio da Associação Capim Dourado, do Povoado da Mumbuca, do Parque Estadual do Jalapão, da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins e do Naturatins, vem alterando a forma como o Povoado da Mumbuca (local onde a pesquisa é realizada) enxerga o capim. Através de relatos da própria comunidade, percebe-se que eles foram envolvidos no assunto e que compreenderam além da importância das pesquisas, a biologia desta espécie de sempre-viva, o seu ciclo de vida e a importância do papel das pessoas no seu manejo (SCHMIDT, 2005). De forma indireta, outras comunidades também são envolvidas, uma vez que o Povoado do Mumbuca mantém uma relação direta com as demais.

Outro exemplo que vem, ainda de forma tímida, despertando a curiosidade das pessoas das comunidades, principalmente as envolvidas diretamente com a atividade turística é a pesquisa “Turismo no Parque Estadual do Jalapão: identificação dos usos e proposição de medidas de controle e monitoramento”. Esta pesquisa, que ainda está em desenvolvimento, promove o contato de pesquisadores e alunos com algumas comunidades da zona rural e urbana. Este contato também contribui para que as pessoas comecem a ver que a Conservação da natureza é condição para o desenvolvimento da atividade turística na unidade de Conservação.

O Turismo no Parque e a Conservação

“*Turismo ameaça o Parque do Jalapão*”. Esse é o título da reportagem de capa do Jornal do Tocantins, no dia 04 de junho de 2006, em alusão à temporada de férias. A reportagem, de certa forma, vem problematizar a questão do turismo no Jalapão, que devido a algumas questões como intenso fluxo de turistas e a pouca e precária infra-estrutura da região e das

unidades de Conservação ali existentes, vem sofrendo alguns impactos. Dessa forma, a reportagem continua:

Conhecido por suas águas cristalinas, o Fervedouro é uma das jóias ecológicas do Parque Estadual do Jalapão que correm o risco de sumir do mapa. O poço é formado por nascente subterrânea e está seriamente comprometido por erosões. Ambientalistas afirmam que o solo do Jalapão é bastante sensível e não pode receber visitantes em massa⁴⁴.

Curioso, é que no mesmo dia, o mesmo jornal, no suplemento, chamado “Suplemento do campo” traz na capa a frase: “*Jalapão, Paraíso Ecológico*” e segue dizendo:

No Tocantins, o Parque Estadual do Jalapão é uma festa para os olhos e um convite ao ecoturismo. O acesso difícil compensa o espetáculo que a natureza oferece: dunas em pleno Cerrado, rios cristalinos, cachoeiras, serras, entre outras atrações. A temporada de visitas está começando e há empresas que organizam viagens.⁴⁵

Os exemplos apresentados revelam um dos grandes problemas que envolvem o Parque, a Conservação e a sustentabilidade econômica das comunidades. O Jalapão desperta naqueles que o visitam ou pretendem visitar, sentimentos diversos, que geram comportamentos diversos e isso varia conforme o público. Os resultados preliminares da pesquisa de Adorno (2006) indicam que há vários perfis de turista que freqüentam o Jalapão, e que o comportamento varia de acordo com o perfil.

No Jalapão o turismo é encarado, assim como o artesanato do capim dourado, como um elemento positivo que tem contribuído para o aumento da qualidade de vida da comunidade em geral. Entretanto, este destino pode ser considerado como um exemplo de desordenamento turístico, que caracteriza toda a região, especialmente o município de Mateiros, que, além de outros fatores, não dispõe de serviços que atendam as expectativas dos turistas. As dinâmicas que envolvem o turismo são acompanhadas de uma considerável pressão sobre os recursos naturais, motivada, sobretudo, pelas características biofísicas, que proporcionam além de contato com a natureza, certo grau de aventura, um dos principais atrativos da região.

A visão dos entrevistados sobre o turismo envolve o deslocamento de pessoas de outros lugares para a região do Jalapão com o objetivo de conhecer lugares novos. A comunidade normalmente se refere aos turistas como pessoas vindas de outros estados, regiões ou países. Envolve também a percepção de que a atividade turística é um fenômeno que impulsiona o desenvolvimento da região.

⁴⁴ MENDES, Joseane. Paraíso ameaçado pelo turismo indiscriminado. *Jornal do Tocantins*, Palmas, p. 5, 4 de jun. 2006.

⁴⁵ LÍCIO, Paulo. Jalapão no roteiro. *Jornal do Tocantins*, Goiânia, 04 de jun. 2006. Suplemento do Campo, p. 6.

O turismo é um potencial que pode desenvolver a região, através do turismo acontecem as coisas aqui no Jalapão, como aconteceu com o capim dourado (entrevista dia 22/04/2006, Tonha).

Esta percepção se forma principalmente pela movimentação que o turismo proporciona, sendo uma atividade que beneficia a comunidade como um todo, do ponto de vista econômico. Os donos de estabelecimentos comerciais indiretamente ligados ao turismo revelaram ter sua renda aumentada quando há turistas.

O turismo trouxe o dinheiro que entra na região. Ele chega aqui não compra só o capim, vai lá, compra o gelo, compra uma carne no açougue, vai na pousada...corre dinheiro pra todo lado⁴⁶ (entrevista dia 27/04/2006, Sr. Humberto).

Apesar de poucos dizerem o que pensam sobre o ecoturismo, as falas dos entrevistados relacionaram esta modalidade do turismo com a busca pelo contato com a natureza e aventura. Alguns conseguem perceber uma diferenciação entre os turistas e os ecoturistas, como podemos observar no depoimento do Sr. Vicente:

Os ecoturistas são educados, dão orientação. Os mal educados são os vizinhos⁴⁷ (se referindo aos turistas do Tocantins) (entrevista dia 06/07/2006, Sr. Vicente).

Para a maioria, há uma diferenciação, ainda não muito clara, entre os vários tipos de turistas e os impactos causados por cada um. Estes dados podem representar uma tendência do receptivo turístico em selecionar o turista que ele quer, ou seja, o turista que gere renda sem degradar o ambiente. O contato com os ecoturistas parece ser muito positivo, no sentido de incentivar a comunidade a adotar posturas pró-ativas em relação ao meio ambiente, tanto quanto ao uso dos recursos naturais quanto ao tratamento do lixo.

Com relação aos impactos negativos gerados pelos rallys⁴⁸ foi citada a degradação das estradas, o barulho, o lixo e principalmente o fato de não deixarem renda na cidade, uma vez que grande parte dos itens de consumo é trazida de fora.

Em relação à Conservação ambiental, há uma noção de que este tipo de turista degrada o ambiente e não respeita as fragilidades dos atrativos.

⁴⁶ Entrevista dia 27/04/2006, Sr. Humberto, proprietário do posto de gasolina da cidade, compreendido aqui como pertencente ao grupo “setor privado local”.

⁴⁷ Entrevista dia 06/07/2006, Sr. Vicente, proprietário do atrativo denominado “Cachoeira do Vicente” e do Camping do Vicente.

⁴⁸ São chamados rallys todo o tipo de turismo que utilize moto ou 4x4, onde os turistas adotam uma postura de degradação da natureza e desrespeito a comunidade.

Até então a gente não está tendo resultado com esses turistas, os resultados que tem são mais os donos de pousadas, eles trazem muita sujeira pro nosso município. Um dos maiores impactos que nós temos é a época do Rally, porque esse pessoal não traz benefícios. A degradação das estradas e do meio ambiente é muito grande e já trazem tudo de fora. Esse tipo de turista nós estamos dispensando. (Entrevista dia 25/04/2006, D. Jovenice).

Os ecoturistas são frequentemente relacionados àqueles que levam orientação acerca da importância de se conservar a natureza.

Não tem nada de ruim. O turista orienta as crianças para guardar o lixo porque eles falam que onde tem lixo não tem turista. (entrevista dia 22/04/2006, Tonha).

Embora a percepção de que a Conservação dos recursos esteja ligada ao desenvolvimento da atividade turística sustentável já esteja começando a surgir, observa-se de forma geral que o estado de Conservação dos atrativos turísticos e da própria cidade é ruim, tendo sido observados uma série de impactos.

Os principais atrativos turísticos do Jalapão se concentram dentro do Parque, o Fervedouro, as Dunas, a Cachoeira do Formiga, a Cachoeira do Vicente e a Cachoeira da Velha.

Ferreira (2006) apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a Conservação nos principais atrativos turísticos do interior do Parque a partir de indicadores físicos e bióticos. A pesquisa no ano de 2006 foi realizada nos fins de semana e feriados, podendo ser observado que houve mudanças ocorridas nas áreas dos atrativos ao longo do ano. Os resultados apontam para a ausência de ordenamento do solo, aumento da área de solo nu das áreas de camping, o desmatamento de APPs, uma quantidade de turistas acima da capacidade de suporte dos atrativos, a infra-estrutura deficiente, e por fim, problemas sanitários sérios.

Com exceção da Cachoeira da Velha, todos os demais atrativos do Parque ainda não foram desapropriados, o que leva a uma situação de impotência do órgão ambiental em cumprir seu papel fiscalizador. Alguns donos de atrativos se mostraram bastantes resistentes ao Parque e se posicionam de forma a cobrar pelo uso do atrativo, sem a contrapartida, ou seja: sem oferecer ao turista nenhum tipo de infra-estrutura ou serviço. Desta forma, se beneficiam da fiscalização do Parque, e não cuidam da área, sob a alegação de que eles não vão investir no atrativo, uma vez que estão sob o risco de serem desapropriados a qualquer momento. Enquanto não ocorre a desapropriação, os atrativos de um modo geral vão continuar possuindo um baixo estado de Conservação. Esta situação também altera a relação e a noção de propriedade, fazendo com que os proprietários não tenham atitudes conservacionistas frente àqueles locais. A intenção é explorar até quando der e se não “vai ser meu”, pra que conservar? Foi observado que os atrativos cujos donos tendem a ser resistentes com relação às

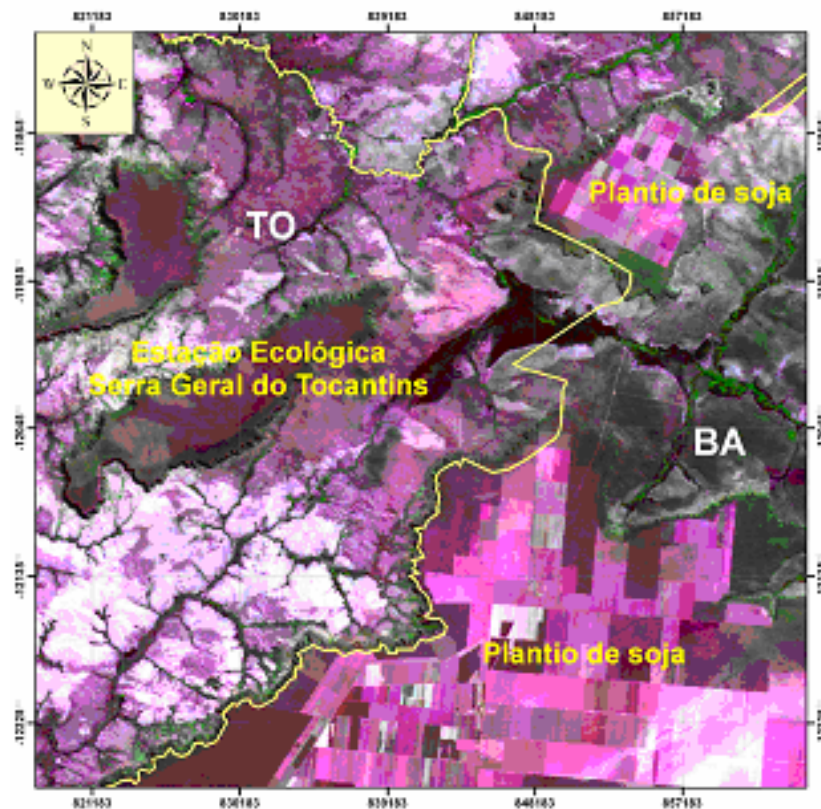
ações de proteção e Educação Ambiental realizadas pelo parque são aqueles que se encontram em pior estado de Conservação.

A soja e a Conservação no Jalapão

A soja vem sendo uma pressão não só para o PEJ como para as demais unidades de Conservação do Jalapão, principalmente a APA Federal da Tabatinga e a Estação Ecológica.

Não há nenhuma pressão nem governamental nem não governamental no sentido de fiscalizar e ordenar esta atividade na região de entorno destas UCs (no caso da APA no interior). Os interessados, no caso, os produtores destas áreas, não são envolvidos nas discussões e tampouco procuram se envolver. Cabe colocar que na divisão territorial do MDA⁴⁹, Mateiros é o pólo de desenvolvimento agrícola, além de ter tido o seu desenvolvimento impulsionado pela atividade que começou a ser desenvolvida na região do Galhão (zona de amortecimento do Parque).

Figura 3. Limite Nordeste e Noroeste da Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins



Fonte: Naturatins – COGEO (2007)

⁴⁹ Ministério do Desenvolvimento Agrário

A esfera pública e a Conservação no Jalapão

O Poder público, nos âmbitos legislativo, de planejamento e de execução foi afetado na medida em que se vê “obrigado” a se adequar para atender a todas as demandas que a criação de uma Unidade de Conservação traz.

De fato, o PEJ foi criado, há um plano de manejo, há a expectativa de que neste ano (2007) a situação fundiária seja regularizada, existe o Conselho consultivo do Parque, mas só isto não denota avanços no sentido da Conservação. Tudo o que foi abordado com relação ao “fantasma” da desapropriação está diretamente relacionado à forma como o Parque foi criado e como o Estado percebe a Conservação. Em muitos aspectos observa-se descaso por parte do órgão ambiental com relação ao Parque e conseqüentemente a todas as ações empreendidas no sentido da Conservação. A história da Conservação no aparato público estadual surge com as exigências vindas da legislação federal, da exigência das agências financiadoras e do interesse no recurso proveniente das medidas compensatórias dos grandes empreendimentos, como as hidrelétricas e se resume em atender aos requisitos mínimos⁵⁰. Observa-se ainda um conflito de competências entre os órgãos executivo e de planejamento (no caso o NATURATINS, a SEPLAN e a SICTUR⁵¹).

O Poder público local foi impactado na medida em que vem sendo incitado a atender as demandas vindas das esferas estadual e federal. Observou-se boa vontade dos atuais gestores em atender a estas demandas, embora sejam muito poucos os que se envolvem e que tomam a Conservação como prioridade, e isto não se vê refletido em ações concretas. Os gestores não apresentam formação política e a ação municipal se restringe a atender as demandas dos governos estadual e federal, tendo muito pouca autonomia no seu processo decisório e de execução. Um exemplo disto é a forma como o espaço urbano é pensado.

Recentemente, houve uma mobilização dos moradores da cidade em torno da pavimentação da zona urbana. Dentre as opções estavam o asfalto e os bloquetes, e a comunidade optou pelo primeiro, pelo fato de permitir o escoamento da água das chuvas diminuindo as erosões. Independente deste movimento o governo estadual liberou recursos e a

⁵⁰ Desde o ano de 2006 a equipe funcional do Parque vem sendo desfalcada, com cinco funcionários transferidos em um único semestre. Dentre os nove agentes de fiscalização, com as últimas exonerações, resta apenas um que não é do quadro efetivo e não tem autonomia para assinar qualquer documento de ocorrência de infração ambiental

⁵¹ Em 2005, foi criada a ADTUR que assumiu o turismo, tendo este sido desvinculado da SICTUR. No ano de 2007, foi criada a Secretaria de Recursos Hídricos, que tem uma coordenação de meio ambiente. O Naturatins passou a ser vinculado ao Gabinete do Governador. Isto revela uma total desarticulação da área ambiental dentro do governo e demonstra o grau de importância concedida a Conservação. A tendência é que o conflito de competências continue assim como a descontinuidade das ações já existentes

avenida principal da cidade foi asfaltada com projeção para asfaltar toda a cidade, com anuência do poder público local. Este é um fato que ilustra como a questão da Conservação é colocada.

A população local revelou pelas entrevistas, que a Conservação é toda ação que contribui para que os recursos naturais sejam mantidos e que o Jalapão é conservado.

O Jalapão é conservado, eu acho que é. Tá certo que não se vê mais como antigamente o tanto de bicho, mas ainda é preservado. A gente aqui mexe com a terra e nunca deu problema, o fogo, por exemplo, é bom pro Cerrado, sem ele não vive nem as plantas nem as criação. (entrevista dia 29/11/06, Sr. Adão)

Outros aspectos também apareceram unânimes nas entrevistas, como a importância da Conservação para o benefício das populações ali residentes: percebe-se na fala dos entrevistados que nasceram no Jalapão e vivem lá desde então, certa preocupação com o ambiente, principalmente na quantidade e diversidade de espécies de fauna e às vezes até um tom de nostalgia de uma época em que a caça era farta. Interessante notar que os exemplos citados pelos entrevistados referentes ao Jalapão no passado (em média 15 anos atrás) correspondem à fauna, normalmente se referindo à escassez (este aspecto já não é observado no setor privado local⁵²).

A questão do capim dourado atinge este grupo diretamente, uma vez que a extração irregular surge como um fator que pode impedir a atividade do artesanato. Na realidade, isto já vem sendo percebido pela comunidade, que vê que o recurso já não é tão abundante como antes.

Embora a percepção das pessoas seja positiva com relação à importância da Conservação, isto não se reflete nas atitudes, quando observados os critérios estabelecidos pelos estudos conservacionistas. Conforme foi exposto, há o uso indevido dos recursos naturais para o desenvolvimento de atividades como a agricultura de subsistência, a criação de gado extensiva, a extração do capim dourado, o turismo e a expansão da fronteira agrícola.

Esta contradição intrigante merece ser abordada com cautela, uma vez que se observa nos discursos oficiais e nos panfletários sobre Desenvolvimento Sustentável uma tendência em buscar um culpado, alguém que possa ser responsabilizado por uma determinada situação que não apresenta conformidade com o que é Legal, ou ambientalmente correto. No caso, há vários grupos que impactam, mas em graus diferentes.

⁵² O setor privado local (com a exceção dos proprietários de atrativos) é em maioria provenientes de cidades vizinhas e relacionam a Conservação à satisfação do turista. Todas as iniciativas oriundas deste grupo no sentido da Conservação têm haver com a percepção de que o turista ecologicamente correto traz retorno financeiro. Isto mostra outra relação que este grupo tem frente à Conservação do Jalapão diferente da população local (tradicional).

Primeiro é importante considerar que a forma como as pessoas ocuparam a região do Jalapão é complexa. Conforme discutido na revisão de literatura, o homem cria relações com o seu território, estabelecendo regras e normas de uso que ficam implícitas no cotidiano. No caso do Jalapão, nunca houve uma noção de propriedade. Na grande maioria dos casos, as pessoas foram ocupando o território e os limites não foram formalmente estabelecidos. Não havia nenhum motivo que levasse as pessoas a pensar o que é Conservação. É o mesmo que pensar em conservar algo que nunca demonstrou nenhum sinal de problema.

No que se refere ao fogo e a pecuária extensiva, esta forma se estabeleceu provavelmente porque nunca houve a necessidade de se pensar em outra forma de manejo. O fogo, como é tido como natural e benéfico, não provoca problemas de “vizinhança”, ou seja, se invadir a propriedade de outro, não há problemas; por exemplo, o gado, é em quantidade tão pequena que também não provoca a ocorrência de invasão de propriedades por gado. A pecuária só é colocada em pauta porque há uma reclamação muito grande da comunidade com relação ao lixo doméstico, pois o gado acaba comendo, e conseqüentemente morrendo⁵³.

A forma com que a população se relacionar com o ambiente, começou a entrar em conflito com outras formas de uso legalmente instituídas. A criação do Parque é um exemplo de como ocorreu este conflito. A noção de Unidade de Conservação acompanha uma real demarcação de um território (limites) e propostas para o uso que muitas vezes são incompatíveis com o uso tradicional. Outro ponto que acompanha este processo é a idéia de inesgotabilidade dos recursos e das medidas para reverter a situação global, traduzida no caso aqui exposto, pela criação do PEJ. Este, também carrega consigo uma nova proposta de uso para o Jalapão. O ambiente a partir da criação do Parque começa a ser problematizado, pensado.

O Parque foi criado em 2001, porém só começou a ter equipe técnica, ou seja, só foi efetivamente implantado em 2003, e até hoje a situação das famílias que permaneceram no interior do Parque continua sem definição. Isto gera um clima de tensão e a expectativa de perderem suas terras é como um fantasma, mas nunca houve efetivamente nenhuma ação repressora que viesse a modificar a forma das pessoas lidarem com a terra. É uma situação estática: a população local⁵⁴ precariamente organizada esperando que as decisões sejam

⁵³ Não foi observado nenhum movimento por parte da comunidade ou do poder público no que se refere à resolução do problema do lixo doméstico na zona rural. O principal lixo consiste em sacos plásticos, pilhas (muitas deixadas por turistas que freqüentam os acampamentos), latas e vidro. A quantidade de lixo aumenta conforme o aumento do consumo de produtos industrializados. A maior parte deste lixo é queimado.

⁵⁴ A população local é o grupo mais impactado com a criação do Parque, uma vez que possuem suas raízes dentro da área e por se sentirem ameaçados com a sua implantação efetiva.

tomadas; o setor privado local⁵⁵ investindo no desenvolvimento do turismo; os proprietários de atrativos de braços cruzados esperando a desapropriação; a equipe técnica local, que se vê impossibilitada de aplicar a legislação; o poder público local no aguardo das decisões; e o poder público estadual que, como não tem a Conservação como uma prioridade, lava as mãos para o problema.

Participação social no Parque

Conforme apresentado na metodologia, há 22 comunidades no interior do Parque e 5 no entorno, tendo sido observados, para a compreensão da participação social, 4 comunidades, os Povoados Mumbuca, Boa Esperança, Fazenda Nova e Carrapato.

Estas comunidades apresentam comportamentos distintos com relação à participação social na tomada de decisões que as envolve diretamente.

O Mumbuca foi a primeira comunidade que foi incentivada a se organizar, na época em que o Estado mobilizou esforços para “cuidar” do povo do Jalapão, por volta de 1996. Segundo o relatório antropológico de Faleiro (FALEIRO, 2002), no Povoado do Mumbuca as pessoas se consideram como sendo de uma só família. A criação da identidade desta comunidade também sofreu influencia a partir da chegada dos evangélicos, primeiro em 1944 e depois em 1984 (FALEIRO, 2002).

A gente aqui é uma família só. Ninguém decide nada sozinho. Qualquer coisa que tem que decidir a gente faz reunião. A associação se reúne toda semana e todo mundo tem voz (entrevista dia 22/04/2006, Doutora)

De fato, a associação vem se reunindo duas vezes por semana, e a pauta normalmente gira em torno de alguma oferta que é feita por alguma instituição. O termo oferta reflete exatamente o que foi observado. As instituições ofertam seus projetos e suas propostas para a melhoria das comunidades, e elas decidem se querem ou não. A postura de estudar a real demanda dos beneficiários e a partir daí construir propostas parece não ocorrer, a não ser em casos isolados.

Outro aspecto do Mumbuca, é que foi a partir dele que surgiu o artesanato do capim dourado, com a passagem de um índio pela região que ensinou o “ofício” para a D. Miúda (líder da comunidade) e para o seu pai. A partir daí, o ofício foi repassado e a comunidade

⁵⁵ As entrevistas com o setor privado local mostram que este setor acredita no potencial ecoturístico do Jalapão, sendo isto refletido no aumento de equipamentos turísticos e melhorias dos já existentes.

passou a produzir, tendo sido disseminada para as demais comunidades quando começou o interesse econômico.

Há de se considerar também que a proximidade entre as famílias no Mumbuca favorece a participação dos mesmos, sendo isto um empecilho para outras comunidades, como será abordado adiante.

Talvez por estes motivos, o Mumbuca tenha sido a primeira comunidade a “receber atenção”⁵⁶. E não é só atenção do governo, mas do setor privado interessado na comercialização do artesanato, tanto local como nacional e das operadoras de turismo que contribuíram para que o Povoado se transformasse em um atrativo.

Isto por um lado é positivo, porque a participação é fundamental para o desenvolvimento do espírito crítico, cidadão, mas por outro, a postura das instituições que trabalham com estas comunidades é assistencialista e verticalizada, gera um comportamento dependente por parte das comunidades.

O assistencialismo leva a baixa autonomia, uma vez que não permite que aquelas pessoas sejam protagonistas e utilizem os serviços que estas instituições podem oferecer como um apoio e não como uma muleta. No caso do Mumbuca, isto teve uma repercussão negativa; durante a pesquisa, pode-se visitar este povoado em 4 situações diferentes. Primeiro com um funcionário do governo do Estado que estava representando o Governador; depois com o motorista da ADTUR; com turistas e com os técnicos do Parque. Foram observados comportamentos distintos:

Nas duas primeiras situações, a reação das lideranças foi de cobrança por algumas melhorias prometidas e de muita reclamação. O curioso é que as reclamações foram a TV e a antena parabólica danificadas e cimento para reforma da casa de algumas lideranças.

Você pode falar pro governador que eu to precisando agora da caminhonete, tá muito difícil sair daqui. (entrevista dia 22/04/2006, D. Miúda)

O governo por sua vez, atende a estas demandas individuais em detrimento de outras, como o acesso à comunidade por exemplo. O acesso é muito ruim e as erosões são imensas e são reconhecidas pelas pessoas como um problema.

⁵⁶ A consequência disto, é que o Mumbuca se tornou uma referência para as demais comunidades, como se fosse um pólo disseminador de informações. Por este motivo é que a pesquisa com o capim dourado citada anteriormente (SCHMIDT, 2005) tem tido uma boa repercussão, no que diz respeito ao conhecimento que as demais comunidades vem adquirindo acerca do capim dourado e da sua sustentabilidade.

Na situação em que a pesquisadora acompanhou os turistas, foi observado um comportamento receptivo muito acentuado. Assim que o carro chegou, crianças e mulheres preencheram o espaço da lojinha de artesanato. As mulheres abriram as janelas, tirado o pó de algumas peças enquanto outras costuravam, de modo a satisfazer a curiosidade do turista em relação ao “ouro” do Jalapão. A professora da escola, a esta altura, já reuniu as crianças para cantarem uma música desejando boas vindas aos turistas. A cena, que se repete a cada vez que um carro com turistas chega, de um povoado que preserva as suas raízes, que repassa isto de geração para geração é quebrada quando os turistas pedem para conhecer a tão falada matriarca, a D. Miúda. Os turistas caminham pelo povoado, ávidos para encontrar qualquer resquício de primitivismo ou algo parecido, e encontram a D. Miúda em sua casa (de tijolo). A conversa gira em torno da história do capim dourado, como começou, etc. até o momento em que o turista pergunta sobre a casa de tijolo, dizendo que esta contrasta com as demais, que são feitas de adobe, e a D. Miúda responde que ela não podia fazer nada, *“porque foi o governo que tinha mandado”*.

Com a equipe do Parque, o comportamento foi interessante. A postura assistencialista adotada pelo governo aliada ao fato de que a Conservação não é uma prioridade entrando em conflito com o ordenamento do uso no Parque, que fica a cargo do Naturatins. De um lado, permite-se tudo, desde que isso vá contribuir para as pessoas, mesmo que danifique o ambiente. De outro lado, pode-se tudo com restrições. As lideranças já perceberam esta fragilidade e que o governo tem mais poder que a equipe técnica do Parque e usa isso. O comportamento observado por parte das lideranças também foi de cobrança, mas com tom de ameaça. Por parte dos técnicos, observou-se uma postura de confirmação da necessidade de atender a legislação ambiental sem acatar a ameaça.

A comunidade da Boa Esperança está representada na associação do Povoado do Mumbuca, sendo observado uma baixa participação das pessoas, devido a pouca representatividade das lideranças formais e também pela distância que esta comunidade fica dos demais povoados. O acesso é extremamente complicado, sendo possível chegar somente com animal.

Com uma menor dificuldade de locomoção, as comunidades da Fazenda Nova e do Carrapato também apresentam baixa participação nas suas respectivas associações e não são alvo de todos os programas e projetos dos quais o Mumbuca faz parte.

Foi observado de uma forma geral que há poucas lideranças e todas com baixa ou nenhuma formação política. A consequência disto é a sobrecarga destas lideranças, que consiste tanto

na condução da associação quanto na representação daquele grupo em outras instâncias de interesse. Observa-se uma repetição grande de pessoas nos conselhos comunitários: poucos participam de tudo.

O que foi dito até então sobre participação no Jalapão parece fazer sentido quando nos reportamos à revisão de literatura, no ponto em que FAUNDEZ (1993, p.69) coloca que a participação coletiva, criadora, crítica e permanente é condição para entrar no cerne das questões que vão garantir um futuro equitativo. Está implícito que a participação só vem quando as pessoas realmente sentem os reflexos disto em decisões que atendam as suas demandas e como isso não ocorre só reforça o comportamento natural de não participação.

A operacionalização da participação no âmbito local sofre interferência de inúmeras variáveis que passam pela história que aquelas pessoas têm com a participação, pela formação de lideranças e pela comunicação estabelecida entre os pequenos grupos e as instâncias superiores, além do fato de que cada comunidade possui uma característica.

A discussão retoma para como o Jalapão foi ocupado e por quem. A necessidade de organização social veio muito recentemente, e as pessoas não têm arraigado na cultura a postura participativa. Ora, estas pessoas tradicionalmente nunca foram conclamadas a participar. As poucas intervenções em torno do ordenamento do espaço não contaram com a participação delas.

Entretanto, um fato observado foi que as pessoas não foram inseridas no processo de criação do Parque, mas foi em função dele que elas aumentaram a sua participação nas reuniões das associações. A ameaça real de perder a terra fez com que as pessoas pensassem mais não só o uso do espaço, mas principalmente fez com que as pessoas se envolvessem. As lideranças passaram a se sentir mais cobradas e isso mostra que minimamente as pessoas passaram a olhar para as questões que as afeta diretamente de forma diferente.

Eu tenho que saber tudo direitinho como acontece porque o povo só faz é me cobrar posição da situação desse Parque. (Entrevista dia 29/11/06, Sr. Adão)

Entretanto, este é um processo lento que não é favorecido devido aos aspectos citados anteriormente. Isto se reflete na representação real destas comunidades nas instâncias tanto consultivas, como o Conselho do Parque, como deliberativas, como o Fórum Estadual de Turismo, por exemplo. As comunidades não são devidamente representadas nestas instâncias, que por sua vez, não possuem embasamento suficiente para elaborar propostas adequadas as diferentes realidades, e isto reforça o comportamento assistencialista do governo.

Em última instância, pode-se resumir a situação do Parque no que se refere à participação utilizando os princípios de governança, apresentados por Graham *et al* (2003). Em termos de Direcionamento, ou seja, da existência de instrumentos de gestão da área protegida, o Parque possui o Plano de Manejo, mas no que tange à visão estratégica, esta é inexistente, uma vez que o Estado ainda não sabe o que vai fazer com áreas que pra muitos são áreas desperdiçadas.

Quanto à *Performance*, a coordenação de esforços é praticamente nula entre as instituições que são envolvidas com o Parque e a informação ao público também é nula, bem como a prestação de contas, ou *accountability*.

A Legitimidade e Voz, que se refere à participação dos envolvidos e na descentralização do processo de tomada de decisões ocorre no âmbito do Conselho Consultivo do Parque, mas para neste ponto, não conseguindo ecoar para esferas superiores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contribuiu para aprofundar a compreensão sobre a Conservação do PEJ sob o aspecto dos usos e pressões exercidas pelos grupos de interesse, sem a pretensão de esgotar o assunto e sim fomentar a discussão tanto no âmbito acadêmico como no político.

Observou-se que há grupos com interesses distintos sobre o Parque e que estes interesses geram usos muitas vezes conflitantes com a proposta de uso e ordenamento do território que acompanha a criação do PEJ. A forma como estes grupos percebem o Parque tem relação com a forma como as pessoas foram inseridas no processo de criação da unidade, bem como as atitudes frente aos recursos naturais.

A população local utiliza os recursos naturais muitas vezes de forma não condizente com o que é recomendado para a Conservação da UC. A não implantação real do Parque fez com que as pessoas continuassem utilizando os recursos da mesma forma, sendo que a Conservação pode não ter aumentado em função do Parque, mas foi observado que as pessoas passaram a problematizar o meio ambiente. A percepção de que é importante conservar está chegando para estas pessoas.

Considerando que é um processo em longo prazo e que mudar a percepção já é um passo importante, ele poderia estar sendo vivido de forma menos conflitante, se realmente as pessoas soubessem o que significa a Unidade e se a importância não se limitasse ao discurso dos técnicos e passasse a ser refletida em ações concretas. O fato de não haver coerência entre o discurso em prol das UCs no Tocantins e as ações que façam com que as pessoas realmente sintam isto, faz com que as pessoas também não se sintam comprometidas e co-responsáveis com a questão da Conservação.

Na pauta turismo, percebe-se a influência dos ecoturistas na percepção das pessoas que se relacionam direta ou indiretamente este grupo. Os ecoturistas, com a postura conservacionista, de respeito aos valores do local e de contribuição para a renda para a comunidade criam outro referencial de turismo e outra visão acerca da Conservação. Ainda que seja pela questão econômica, é fato que o turismo vem contribuindo para que estas pessoas mudem.

Outro ponto apresentado no trabalho foi a atividade do capim dourado. Percebe-se que esta atividade também vem contribuindo para que as pessoas mudem a forma de olhar o ambiente. Novamente a questão econômica como sendo a mola propulsora para que a Conservação seja pensada.

Entretanto, embora os resultados da pesquisa indiquem que a forma das pessoas pensarem o ambiente mudou em função da implantação do Parque, do aumento da atividade turística e do artesanato do capim, as atitudes não são coerentes com as percepções. O estado de Conservação dos atrativos turísticos, o fogo descontrolado, o uso das matas ciliares continuam sendo uma questão. As percepções ainda não se transformam em atitudes.

Há de se considerar que os reais impactos destas atividades ainda estão sendo pesquisados e que além da população local, do setor privado e dos turistas, tem os produtores rurais, cujo interesse é avançar a fronteira agrícola até o limite máximo permitido, e o governo, que tem a produção de grãos como uma das prioridades. A este aspecto, também se observa uma tendência de que as UCs funcionem como uma barreira para a soja.

O governo, fragmentado, não compartilha da visão estratégica para a região do Jalapão, que é uma área prioritária para a Conservação. O foco do governo é o social, a Conservação surge apenas como adereço que o Estado usa para se enfeitar e manter uma imagem positiva junto aos agentes financiadores, ao governo federal e à opinião pública. Talvez isto explique o fato de que o meio ambiente no Estado do Tocantins ter todos os dispositivos legais exigidos, participar de todos os programas do governo federal, possuir Fóruns e instâncias participativas, enfim, no cumprimento dos requisitos mínimos o Tocantins é um Estado que se preocupa com as pessoas, com a Conservação. Mas a prática local é bem aquém do esperado. O fato de não inserirem as pessoas no início dos processos sugere negligência e falta de respeito com os envolvidos. A este respeito, vários outros pontos podem ser citados que marcam isto, como por exemplo, a falta de recursos para o Parque, falta equipe técnica, enfim, o Parque existe e não existe ao mesmo tempo.

Com relação à participação social, foi observado que apesar de toda a legislação brasileira, os diversos acordos internacionais e autores citarem a sua importância, a operacionalização desta é muito complexa e possui falhas desde a sua base (comunidade) até as instâncias superiores.

As pessoas, no Jalapão, de uma forma geral não participam ativamente do processo decisório a não ser em questões práticas que envolvem diretamente o cotidiano, como é o caso da expectativa de perderem as suas terras em função da chegada do Parque e da possibilidade de acabar o capim dourado. A baixa participação deve-se basicamente a falta de cultura participativa, baixa formação política das lideranças e a conseqüente baixa representatividade. Foi visto que há diferenças na qualidade da participação de uma comunidade para outra, no caso o Mumbuca, com organização social diferente do encontrado nas demais comunidades

pesquisadas. Essa diferença em decorrência do histórico que esta comunidade tem enquanto grupo organizado.

A pouca representatividade só corrobora a postura assistencialista adotada pelo governo que por sua vez cria projetos e programas, de acordo com as diretrizes federais e oferta à comunidade que as recebe mesmo sem ter demandado, mesmo que isto não seja a prioridade. A falta de articulação entre as instituições envolvidas provoca a sobreposição de ações.

Desta forma, concluiu-se que a criação do Parque influenciou a forma como as pessoas (envolvidos) vêem os recursos naturais, o uso do espaço, embora isso não se reflita em atitudes. Para que este cenário mude, faz-se necessário incentivar a real participação dos grupos e comprometimento do governo e das instituições envolvidas com a Conservação no Jalapão.

Caso o cenário continue o mesmo, com a equipe do Parque desfalcada, sem capacidade para cobrir a área, sem fiscais com poder de autuação, sem recursos financeiros e sem articulação entre as propostas para o Jalapão, a tendência é que a situação permaneça do jeito que está. Outras ações voltadas para a Conservação vão continuar acontecendo como pesquisas e projetos, mas será um processo mais lento que se houvesse outro cenário mais positivo. A regularização fundiária do Parque precisa ser feita neste ano de 2007, tendo já ocorrido algumas manifestações tanto de órgãos governamentais como do terceiro setor no sentido de pressionar o governo para que ela seja realizada. Pode ser que seja acatada a decisão que a comunidade junto com a equipe técnica tomou, como pode ocorrer de haver uma nova consulta pública. Pela tendência do governo, onde a prioridade não é a conservação dos recursos naturais, é possível que ocorra a redução dos limites do Parque, favorecendo as comunidades mesmo que haja comprometimento de alguns recursos importantes. O que importa é que independente da decisão que seja tomada é imprescindível que se implemente a assistência técnica rural na região e reforce as ações de educação ambiental no Parque e no entorno, com a coordenação de esforços.

Este estudo ofereceu um panorama geral da situação da Conservação do Parque Estadual do Jalapão e dos grupos envolvidos, sendo um suporte para trabalhos futuros. Sugere-se que sejam feitos diagnósticos sócio-econômicos destas comunidades, e propostas de extensão para o fortalecimento das associações, treinamento e formação de lideranças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. Manual de História Oral. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236ff

ALHO, C. Desafios para a Conservação do Cerrado, em face das atuais tendências de uso e ocupação. In: SCARIOT et al. (Org). Cerrado: Ecologia, Biologia e Conservação. Brasília: MMA, 2005. p. 369 - 381

BARBOSA, G. F. Análise Custo-Benefício Social da soja em áreas de expansão recente nos Cerrados: o caso de Pedro Afonso - TO. 2006 87 ff. Monografia (Graduação em Economia), Universidade Federal do Tocantins, Palmas 2006.

BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 321 ff

BORDENAVE, J. D. O que é Participação. 1 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983. 77 ff.

BRASIL. Decreto nº. 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 mar. 1998. Seção 1, p. 1. Disponível: < http://www.mct.gov.br/legis/decretos/2519_98.htm >. Acesso em: 7 out. 2005

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Dispõe a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Brasília: MMA/SBF, 2004.

BRITO, M. C. W. de Unidades de Conservação: intenções e resultados. In: VEIGA, J. E. (Org). Ciência Ambiental — Primeiros Mestrados. Programa de Pós Graduação da USP: São Paulo, 1998. p: 209-228.

COLCHESTER, M. "Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas". IN DIEGUES, A.C. (org.) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2 ed. São Paulo, Hucitec, 2000. p. 225 - 256

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2. ed. RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991

DEJOURS, C. A loucura do trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez - Oboré, 1992. 198 ff

DIAS, G.F. Pegada Ecológica: a sustentabilidade humana. São Paulo: Gaia, 2002. 257 ff

DIEGUES, A. C. O mito da natureza intocada. 3 ed. São Paulo: Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001. 169 ff

_____ e Arruda, Rinaldo S. V. (org.). Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 189

DINIZ, E. M. Os resultados da Rio + 10. Revista do Departamento de Geografia, Brasília, n. 15, p. 31–35, 2002

FALEIRO, R. Relatório Técnico Científico de Antropologia. In: ARRUDA, M. B.; BEHR, M. (Org.). Jalapão: expedição científica e conservacionista. Brasília: IBAMA, 2002. 51 - 81

FAUNDEZ, Antonio. O poder da participação. São Paulo: Cortez, 1993. 83 ff

FERNANDEZ, F. Aprendendo a lição de Chaco Canyon: do “Desenvolvimento Sustentável” a uma Vida Sustentável. Instituto Ethos Reflexão: São Paulo, 2005.

FERREIRA, M; AMADO, J. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 243 ff

FERREIRA, M.N. Indicadores físicos e bióticos. In. ADORNO, L. et al. Relatório preliminar das atividades desenvolvidas pela pesquisa “Turismo no Parque Estadual do Jalapão: identificação dos usos e proposição de medidas de controle e monitoramento”. Palmas: UFT, 2006.

FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: e. Paz e Terra, 1996. 394 ff

GONÇALVES, A. B. Parque Estadual do Cantão: a proteção da Biodiversidade e a regularização fundiária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3, 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação: Fundação Boticário de Proteção à Natureza: Associação Caatinga, 2002. p. 74 - 80

GONÇALVES^a, A. B. Relatório de avaliação do plano operativo anual do Parque Estadual do Jalapão 2006. Mateiros: NATURATINS, 2006 (não publicado)

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Plano Plurianual do Governo do Tocantins 2004-2007, disponível em: <http://bd.seplan.to.gov.br:2004/html4/relatorios.htm>, acessado dia 24/08/06.

GRAHAM, J. *et al.* Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century. UICN: Durban, 2003.

HENRIQUES, R. Influência da história, solo e fogo na distribuição e dinâmica das fitofisionomias no bioma do Cerrado. In: SCARIOT et al. (Org). Cerrado: Ecologia, Biologia e Conservação. Brasília: MMA, 2005. p 75 – 92.

IBAMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: IBAMA, 2006. Disponível em www.ibama.gov.br, acessado dia 19/04/06.

IRVING, M; AZEVEDO, J. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002. 219 ff.

IRVING, M. Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento. In: Arquivos Brasileiros de Psicologia. Instituto de Psicologia UFRJ. CNPQ. Imago, vol. 50, n. 4, 1998. p. 16 – 25.

KISIL, M. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, E. (Org.). 3º Setor: Desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 217 ff

KLINK, C; MACHADO, R. Conservação do Cerrado Brasileiro. Megadiversidade, n. 1, p. 147-155, julho 2005

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. 7.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. 495 ff

LEFF, E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. 298 ff

LEONARDI, V. Os historiadores e os rios: natureza e ruína da amazônia Brasileira. Brasília: Paralelo 15, Editora da Universidade de Brasília, 1999. 272 ff.

MACHADO *et al.* Estimativas de perda da área do Cerrado Brasileiro. Relatório técnico não publicado. Brasília, DF: Conservação Internacional, 2004

MIRANDA, H; SATO, M. Efeitos do fogo na vegetação lenhosa do Cerrado. In: SCARIOT *et al.* (Org). Cerrado: Ecologia, Biologia e Conservação. Brasília: MMA, 2005. p 95 – 105.

MORIN, E. Saberes Globais e Saberes Locais - o olhar interdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 92 ff

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 404 p. (trad. Pedrinho A. Guareschi, a partir do original em língua inglesa Social representations: explorations in social psychology. [Gerard Duveen (ed), Nova York, Polity Press/Blackwell Publishers, 2000])

MOSCOVICI, F. Desenvolvimento Interpessoal. 10 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. 276 ff.

NOBRE, M. "Crescimento econômico" versus "preservação ambiental": origens do conceito de desenvolvimento sustentável. In: NOBRE, M; AMAZONAS, M. (Org). Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. IBAMA, 2002. p 21 – 27.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível: < http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/declr_rio.html >. Acesso em: 7 out. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente humano. Estocolmo, 1972. Disponível: <http://www.direitoshumanos.usp.br/documentos/tratados/cupula_onu/declaracao_de_estocolmo.html >. Acesso em: 7 out. 2005.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2005. Disponível em < <http://www.pnud.org.br/rdh/>>, acessado em 27/11/2006.

PINTO, M. *et al.* F. Biodiversidade no Cerrado. In: ALMEIDA, M. Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural (Org). Goiânia: Ed. Vieira, 2005. p 115 – 128.

QUAN, J; SOUZA, M. Análise dos interessados para a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte da Bahia. Uma ferramenta fundamental para a construção da gestão participativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3, 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação: Fundação Boticário de Proteção à Natureza: Associação Caatinga, 2002. p 167 - 176

REY, G. Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002. 188 ff

RIBEIRO *et al.* Ocupação do bioma Cerrado e Conservação da sua diversidade vegetal. In: SCARIOT *et al.* (Org). Cerrado: Ecologia, Biologia e Conservação. Brasília: MMA, 2005. p 385 – 399.

RIVERA-LOMBARDI, R.J. Estudos da recorrência de queimadas e permanência de cicatrizes de fogo em áreas selecionadas do Cerrado Brasileiro, utilizando imagens TM/Landsat / R.J. Rivera-Lombardi. – São José dos Campos: INPE. 2003

ROCHA, L. Desmistificando a questão fundiária dos Parques nacionais Brasileiros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3, 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação: Fundação Boticário de Proteção à Natureza: Associação Caatinga, 2002. 713 – 723.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garomond, 2000. 114 ff

SANTAELLA, L. Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003. 234 ff

SANTOS, F. A relação entre o desenvolvimento do turismo e a percepção ambiental das mulheres que vivem no entorno do Parque Estadual do Jalapão, TO. In: VII Seminário Fazendo Gênero, 2006. Florianópolis: UFSC, 2006

SANTOS JÚNIOR, O. A.; RIBEIRO, L. C. Q. & AZEVEDO, S. 2004. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: _____. (Org.). Governança democrática e poder local. A experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan. p 49 - 65

SEPLAN & NATURATINS. Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Governo do Estado do Tocantins. Palmas, 2004.

SEPLAN, 2002. Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo para o Pólo Jalapão, 2002.

SEPLAN. Plano Diretor de Mateiros. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Governo do Estado do Tocantins. Palmas, 2003.

SCHMIDT, I. B. Etnobotânica e ecologia populacional de *Syngonanthus nitens*. Sempre-viva utilizada para o artesanato no Jalapão, Tocantins. 2005 71 ff. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ecologia), Universidade de Brasília, 2005.

THOMAS, K. O homem e o mundo natural. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 454 ff

UICN; PNUMA; WRI. A Estratégia Global da Biodiversidade. FBPN: Curitiba, 1992. 231 ff

UICN. United Nations List of Protected Areas. 1992.

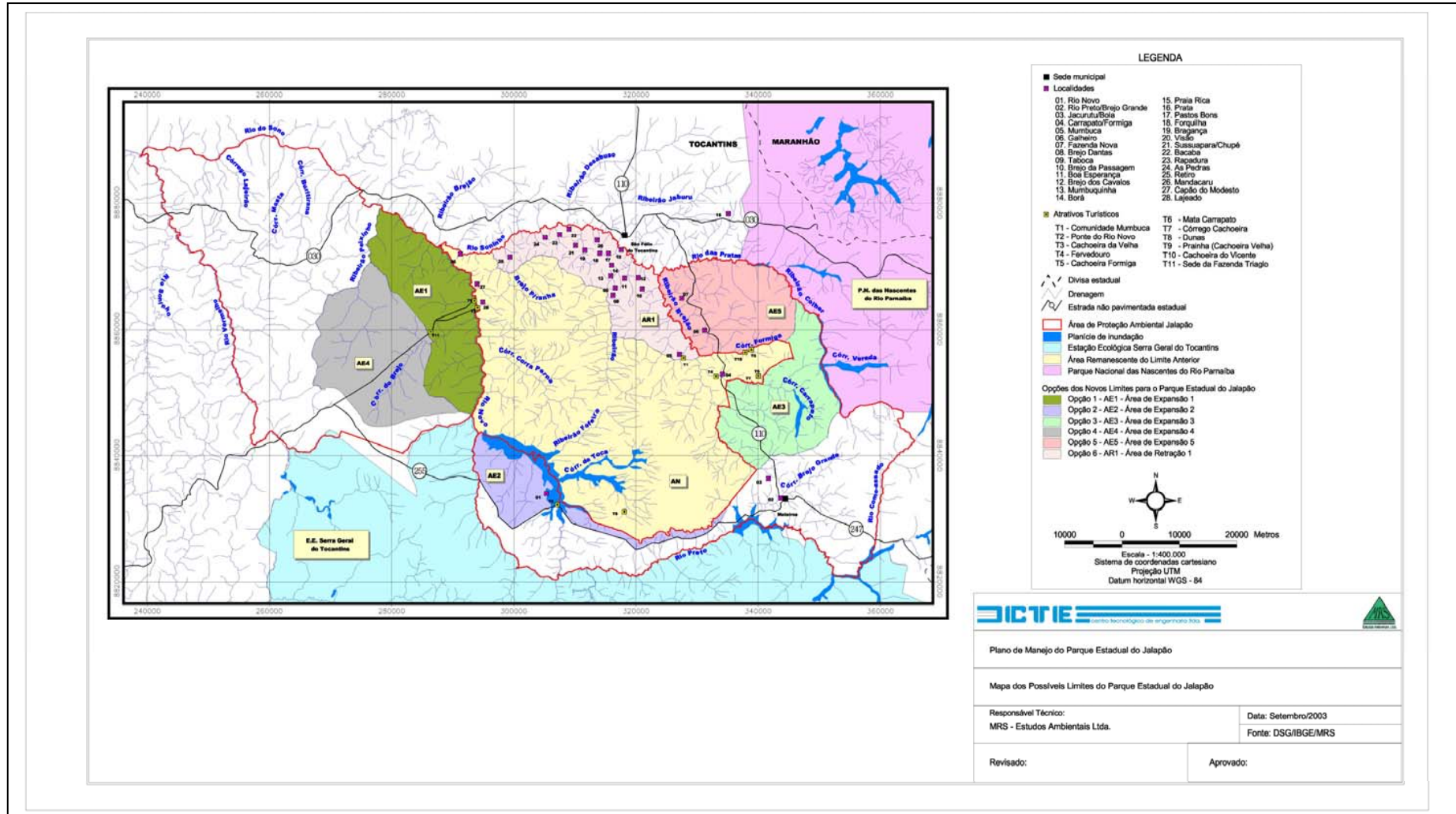
UICN. V Congresso Mundial de Parques: Acuerdo de Durban e Recomendaciones. Durban: UICN, 2003.

UICN, Parks. Suíça: IUCN, v.2, n.3, 1991.

URBAN, T. Saudade do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998. 374 ff.

VALLE, A; FISHER, C. As Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas: da criação à gestão – experiências inovadoras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3, 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação: Fundação Boticário de Proteção à Natureza: Associação Caatinga, 2002. p. 81 – 85.

ANEXO I MAPA COMUNIDADES X LIMITES DO PARQUE



Fonte: SEPLAN & NATURATINS (2004)

APÊNDICE I

ROTEIRO GERAL DAS ENTREVISTAS

Entrevistas semi-estruturadas

Categorias de análise

- a) conservação do Cerrado
- b) uso da terra
- c) relação da comunidade com o PEJ
- d) participação da comunidade no processo de criação do PEJ
- d) participação da comunidade no processo de redimensionamento do PEJ
- e) governança do PEJ

Com as lideranças

- a. Organizações da Sociedade Civil
 - Análise dos documentos da associação.
 - A criação da associação teve haver com o parque?
 - Como se deu a relação da associação com o parque? Continua a mesma coisa?
 - A comunidade está representada no Conselho do parque? Se sim, como é esta relação?
 - Como foi a participação da comunidade no processo de criação do parque?
 - Como foi a participação da comunidade no processo de redimensionamento do parque?
 - Em algum momento o meio ambiente foi levado em consideração nas discussões da associação? Se sim, quais foram estes momentos?
 - ✓ Percepção individual com relação à conservação do Cerrado.
 - ✓ Houve alguma mudança na percepção com relação a conservação do Cerrado com a implementação do Parque? Se sim, quais?
 - ✓ Houve alguma mudança com relação ao uso da terra com a implementação do parque? Se sim, qual?
 - ✓ Percepção individual da gestão do parque com relação a governança do parque

Com a equipe do parque (gerente + técnicos + fiscais que sejam da comunidade) e com o Conselho Gestor do parque

- análise das atas de reunião com a comunidade
- ✓ Como se dá a relação do Parque com a comunidade e com as associações? (enquanto representantes das comunidades)

- ✓ Como se dá o repasse de informações para a comunidade?
- ✓ Quais atividades o parque já desenvolveu com as comunidades? Desde quando?
Qual é a receptividade?
- ✓ Como foi o processo de redimensionamento do parque?
- ✓ Qual a relação da comunidade com a conservação do Cerrado?
- ✓ Houve alguma mudança quanto ao uso da terra? Se sim, qual?
- ✓ Percepção individual quanto a governança do parque.

**APÊNDICE II -
QUADRO UCs TOCANTINS E JALAPÃO**

Proteção integral - Estaduais			
UC	Área (ha)	Bioma	Fase de implementação
Parque Estadual do Cantão	90.017,8946	Ecótono de Cerrado / Amazônia	- Plano de manejo elaborado em/01; - Mais de 25% da área está desapropriada
Parque Estadual do Jalapão	158.885,4662	Cerrado	- Plano de manejo elaborado em 03; - 43% da área desapropriada
Parque Estadual do Lajeado	9.930.9229	Cerrado	- Plano de manejo elaborado em xx; - x% da área desapropriada
Monumento Natural das Árvores Fossilizadas	32.152,0000	Cerrado	- Plano de manejo - x% da área desapropriada
Parque Nacional do Araguaia			
Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins	716.306	Cerrado	- Sem plano de Manejo (com previsão de elaboração para 2007)
Parque Nacional das Chapadas das Mangabeiras		Cerrado	- Sem plano de Manejo
Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba		Ecótono Cerrado/Caatinga	- Sem plano de Manejo
APA Das nascentes de Araguaina	15.821,500	Amazônia	<i>Sem plano de Manejo</i>
APA Foz do Rio Stª.Tereza	50.359,72	Cerrado	<i>Sem plano de Manejo</i>
APA Ilha do bananal / Cantão	1.678.000	Cerrado	<i>Sem plano de Manejo</i>
APA Jalapão	461.730	Cerrado	<i>Sem plano de Manejo</i>
APA Lago de Palmas	50.370	Cerrado	<i>Sem plano de Manejo</i>

Continuação da tabela...

APA Lago de Peixe / Angical	78.873,8200	Cerrado	<i>Sem plano de Manejo</i>
APA Serra do Lajeado	121.415,4996	Cerrado	<i>Sem plano de Manejo</i>
Uso sustentável - federais			
Reserva Extrativista do Extremo Norte		Amazônia	<i>Sem plano de Manejo</i>
APA Federal Serra da Tabatinga	33.780	Cerrado	<i>Sem plano de Manejo</i>

* Informações atualizadas com a Coordenadoria de Unidades de Conservação (CUC) do Naturatins e com a Diretoria de Unidades de Conservação do Ibama.